

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 5046512-94.2016.4.04.7000/PR

RELATOR : JOÃO PEDRO GEBRAN NETO
APELANTE : LUIZ INACIO LULA DA SILVA
ADVOGADO : CRISTIANO ZANIN MARTINS
: MANOEL CAETANO FERREIRA FILHO
: ANA PAOLA HIROMI ITO
APELANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
APELANTE : AGENOR FRANKLIN MAGALHAES MEDEIROS
ADVOGADO : LEANDRO ALTÉRIO FALAVIGNA
: LUIS CARLOS DIAS TORRES
APELANTE : JOSE ADELMARIO PINHEIRO FILHO
ADVOGADO : BRUNO HARTKOFF ROCHA
: RODRIGO NASCIMENTO DALL'ACQUA
: JOSE LUIS MENDES DE OLIVEIRA LIMA
: ANA CAROLINA DE OLIVEIRA PIOVESANA
: MARIA FRANCISCA DOS SANTOS ACCIOLY
: VERONICA CARVALHO RAHAL
APELANTE : PAULO TARCISO OKAMOTTO
ADVOGADO : FERNANDO AUGUSTO HENRIQUES FERNANDES
: Vinícius Ferrari de Andrade
: Anderson Bezerra Lopes
: REINALDO SANTOS DE ALMEIDA JÚNIOR
: CARLOS EDUARDO MOTA FERRAZ
APELANTE : PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
ADVOGADO : René Ariel Dotti
: Alexandre Knopfholz
APELADO : OS MESMOS
APELADO : FABIO HORI YONAMINE
ADVOGADO : SYLVIA MARIA URQUIZA FERNANDES
: DEBORA NOBOA PIMENTEL
: CAROLINA FONTI
: GUSTAVO DE CASTRO TURBIANI

: GUILHERME LOBO MARCHIONI
: ISABELLA LEAL PARDINI
: VICTOR FERREIRA ARICHELLO
APELADO : MARISA LETICIA LULA DA SILVA
ADVOGADO : CRISTIANO ZANIN MARTINS
: JOSE ROBERTO BATOCHIO
: GUILHERME OCTAVIO BATOCHIO
APELADO : PAULO ROBERTO VALENTE GORDILHO
ADVOGADO : LUIZ HENRIQUE DE CASTRO MARQUES FILHO
APELADO : ROBERTO MOREIRA FERREIRA
ADVOGADO : ALEXANDRE DAIUTO LEAO NOAL
: SYLAS KOK RIBEIRO
: PEDRO HENRIQUE MENEZES QUEIROZ
: NATALIA BALBINO DA SILVA

VOTO REVISÃO

Sumário: 1. Operação Lava Jato e as imputações feitas, nesta ação penal, a dirigentes da OAS, ao Ex-Presidente da República e ao Ex-Presidente do Instituto Lula. 2. Sentença, recursos do Ministério Público Federal e dos Réus e parecer da Procuradoria Regional da República. 3. Voto do Desembargador Relator. 4. Peculiaridades deste caso: envolvimento de um Presidente da República e seu julgamento. 5. O respeito ao devido processo legal. Preservação do juiz natural, do contraditório e da ampla defesa. Decisões claras e fundamentadas. Rejeição das preliminares suscitadas. 6. Os bens jurídicos tutelados e os tipos penais de corrupção ativa e passiva e de lavagem de dinheiro. 7. Os crimes de corrupção ativa imputados a JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO e a AGENOR FRANKLIN MAGALHÃES MEDEIROS e de corrupção passiva imputados a LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA. 8. Os crimes de lavagem de dinheiro imputados a JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO e a LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, bem como a PAULO ROBERTO VALENTE GORDILHO, FÁBIO HORI YONAMINE e ROBERTO MOREIRA FERREIRA pela ocultação do pagamento de propina através da assunção, pela OAS, da diferença de preço e das benfeitorias do triplex. 9. Os crimes de lavagem de dinheiro imputados a JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA e PAULO OKAMOTTO relativos ao armazenamento do acervo presidencial. 10. Outros aspectos: benefícios, prescrição e execução da pena. 11. Dispositivo.

O Senhor Desembargador Leandro Paulsen: *1. Operação Lava Jato e as imputações feitas, nesta ação penal, a dirigentes da OAS, ao Ex-Presidente da República e ao Ex-Presidente do Instituto Lula.* A chamada Operação Lava Jato eclodiu no início de 2014 a partir de investigações realizadas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal. Iniciou com **foco nas atividades de lavagem de dinheiro** do operador financeiro Alberto Youssef, sediado em Londrina e já conhecido das autoridades por ter cometido crimes desvendados em operação anterior relacionada ao Banestado.

O primeiro dos fatos investigados na Operação Lava Jato envolvia lavagem de dinheiro através de um posto de venda de combustíveis que dispunha de equipamento de lavagem expressa de automóveis, razão pela qual **foi denominada Operação Lava Jato**. Mas logo se estendeu às atividades desse operador junto a servidores e a empresas vinculados à petrolífera brasileira PETROBRÁS, desvendando amplo e sistêmico esquema de corrupção envolvendo o governo federal. Em processo relacionado a essa operação, o Ministro TEORI ZAVASCKI referiu-se aos desdobramentos e à expansão dessa operação, com a necessidade de direcionamento sucessivo das investigações a novos fatos e pessoas, mediante a seguinte metáfora: 'puxa-se uma pena, vem uma galinha'.

De modo a que fosse viabilizado o trabalho da **força tarefa** responsável pelos trabalhos da Operação Lava Jato, **as investigações foram subdivididas** em diversos inquéritos, dando origem a **inúmeras ações penais**. Esse fracionamento permitiu que o gigantismo do trabalho não impedisse que se pudesse focar, aos poucos, o envolvimento de cada empresa em contratos específicos, através de determinados diretores e gerentes da PETROBRÁS, em favor de tal ou qual partido, com a atuação de operadores financeiros e a intermediação de agentes políticos bem identificados, via de regra, Parlamentares e Ministros de Estado.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL procura demonstrar que, há mais de uma década, um **grupo formado por grandes empreiteiras** nacionais atua **mancomunado com agentes políticos e funcionários da PETROBRÁS** firmando contratos de grande porte em troca do pagamento de propina. Estão envolvidas, e.g., ANDRADE GUTIERREZ, CAMARGO CORRÊA, ENGEVIX, GALVÃO ENGENHARIA, GDK, IESA, MENDES JÚNIOR, MPE, OAS, ODEBRECHT, PROMON, QUEIROZ GALVÃO, SETAL (SOG), SKANSKA, TECHINT, TOYO e UTC. Os dirigentes destas grandes empresas promoveriam encontros destinados a definir antecipadamente os vencedores de cada um dos certames para realização de obras da PETROBRÁS, bem como a ajustar propostas de cobertura não competitivas a serem apresentadas pelas demais no intuito de dar aparência de legitimidade à licitação. Mediante tal procedimento ilícito, as construtoras conseguiam assegurar a contratação e majorar artificialmente o preço das obras, aumentando sua margem de lucro.

Essa prática das empreiteiras seria acobertada por dirigentes da PETROBRÁS nomeados e mantidos nos cargos justamente para que percentual desses contratos retornasse na forma de **propina** aos partidos políticos e a pessoas a eles vinculadas, dando lastro financeiro às **atividades partidárias**, assegurando **apoio ao governo** e **enriquecendo os corruptos**. Via de regra, os pagamentos ilícitos eram realizados através de 'operadores financeiros' detentores de empresas de fachada, off-shores e/ou contas em bancos estrangeiros de modo que as transferências espúrias não restassem descobertos.

Note-se que não estamos em face de pequenos desvios de conduta, fragilidades morais, sutil deterioração dos costumes. Não se trata da aplicação de uma política de Tolerância Zero, da Broken Windows Theory (Teoria das Janelas Quebradas), que procure prevenir crimes graves mediante a severa punição de pequenas faltas. Tampouco estamos a cuidar da repressão ordinária a crimes patrimoniais ou contra a vida. Cuida-se, isso sim, de investigação, processamento e julgamento de **ilícitos penais gravíssimos** praticados contra a Administração Pública, contra a Administração da Justiça e contra a Paz Pública com **prejuízos bilionários** aos cofres públicos. Estamos tratando é da revelação de uma criminalidade organizada envolvendo a própria estrutura de Estado brasileiro, com prejuízo inequívoco às suas perspectivas de amadurecimento, de crescimento e de desenvolvimento.

Ademais, **são crimes do colarinho branco**, expressão que se diz ter sido cunhada por Sutherland em palestra proferida na Filadélfia em 1939. Efetivamente, são crimes praticadas por executivos, por diretores e gerentes de estatais e por agentes políticos, todas pessoas que gozavam de elevada respeitabilidade, enfeixavam poder econômico e político e valeram-se das suas posições de destaque para cometerem infrações envolvendo cifras vultosas. Esses crimes do colarinho branco revestem-se de enorme **complexidade**, o que dificulta sua percepção, investigação e

comprovação, até porque estão invariavelmente **vinculados a estratégias de ocultação e de dissimulação**. Daí porque sobrevieram **leis para viabilizar** a sua descoberta e a responsabilização dos envolvidos.

No Brasil, o **combate à corrupção** e ao crime organizado ganhou empuxo nos últimos anos, durante os governos do Partido do Trabalhadores, fruto da promulgação de diversos **diplomas legais** que propiciaram o amadurecimento do sistema jurídico brasileiro. Alguns, tiveram origem na iniciativa popular. Outros, harmonizaram a legislação brasileira com o que já vinha sendo feito alhures, forte em tratados internacionais de combate ao crime organizado. Em 2003, o Brasil assinou a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção que, ratificada em 2005, restou promulgada pelo próprio LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA através do Decreto 5.687/2006. A LC 135/2010 - **Lei da Ficha Limpa** - foi, também, por ele mesmo sancionada e quando Presidente da República. A Lei 12.683/2012 alterou a Lei 9.613/98, que dispõe sobre os crimes de lavagem de dinheiro, suprimindo o **rol de crimes antecedentes**. A Lei 12.846/13, por sua vez, chamada de **Lei Anticorrupção**, dispôs sobre a **responsabilização administrativa e civil** de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, trazendo a importante figura do compliance. Por fim, o instituto da **colaboração premiada**, que vem tendo bastante efetividade ao longo da Operação Lava Jato, surgiu com a Lei 12.850/13, que também criminalizou a participação em organização criminosa. Tal qual ocorreu com o Presidente americano Richard Nixon, envolvido no caso Watergate, cujas investigações se viabilizaram com a aplicação de leis que ampliaram as possibilidades de investigação criminal por ele próprio promulgadas, agora vemos um presidente se deparar com acusações baseadas em leis que sobrevieram durante os governos do seu partido. **A lei é para todos.**

Até o momento, a par de centenas de incidentes processuais e de habeas corpus, **este Tribunal já julgou apelações contra vinte e três sentenças** da Operação Lava-Jato: (1) 5025687-03.2014.4.04.7000 (lavagem de dinheiro, evasão de divisas, tráfico de drogas e associação para o tráfico de entorpecentes: caso Posto da Torre/RENÉ, CHATER e outros); (2) 5026243-05.2014.4.04.7000 (organização criminosa, operação de instituição financeira não autorizada, evasão de divisas, lavagem de dinheiro, corrupção: NELMA e outros); (3) 5007326-98.2015.4.04.7000 (lavagem de dinheiro: aquisição de apartamento por diretor da Petrobrás através de recursos decorrentes de corrupção/CERVERÓ e outros); (4) 5083838-59.2014.4.04.7000 (corrupção e lavagem de dinheiro: aquisição dos navios-sonda Petrobrás 1000 e Vitória 1000 pela Petrobrás/JÚLIO CAMARGO, CERVERÓ e outros); (5) 5083376-05.2014.4.04.7000 (organização criminosa, corrupção e lavagem de dinheiro: caso OAS/JOSÉ ADELMÁRIO e outros); (6) 5047229-77.2014.4.04.7000 (lavagem de dinheiro, associação criminosa e uso de documento ideologicamente falso: caso DUNEL/CHATER e outros); (7) 5026212-82.2014.4.04.7000 (lavagem de capitais e organização criminosa: caso CNCC, SANKO SIDER e SANKO SERVIÇOS/ MÁRCIO BONILHO e outros); (8) 5023162-14.2015.4.04.7000 (lavagem de dinheiro, corrupção e peculato: caso ARGOLO/ JOÃO ARGOLO e outros); (9) 5083258-29.2014.4.04.7000 (lavagem de dinheiro, organização criminosa, corrupção e uso de documento falso: caso Camargo Corrêa/DALTON AVANCINI, EDUARDO LEITE e outros); (10) 5023121-47.2015.4.04.7000 (organização criminosa, corrupção ativa e passiva e lavagem de dinheiro: caso BORGHI LOWE/ ANDRÉ VARGAS e outros); (11) 5012331-04.2015.4.04.7000 (corrupção ativa e passiva, lavagem de dinheiro e associação criminosa: caso SETAL ÓLEO E GÁS (SOG)/ AUGUSTO MENDONÇA, JOÃO VACCARI e outros); (12) 5083351-89.2014.4.04.7000 (corrupção ativa e passiva, lavagem de dinheiro, uso de documento falso e pertinência à organização criminosa: caso ENGEVIX/GERSON ALMADA e outros); (13) 5083401-18.2014.4.04.7000 (corrupção ativa e passiva, lavagem de dinheiro, uso de documento falso e pertinência à organização criminosa: caso MENDES JÚNIOR e GFD/ SÉRGIO MENDES, YOUSSEF e outros); (14) 5039475-50.2015.4.04.7000 (corrupção ativa e passiva e lavagem de dinheiro: caso NAVIO-SONDA TITANIUM EXPLORER/JORGE ZELADA, EDUARDO MUSA e outros); (15) 5025692-25.2014.4.04.7000 (atribuição de falsa identidade para realização de operação de câmbio e lavagem de dinheiro: caso DISTRICASH/RAUL SROUR e outros); (16) 5027422-37.2015.4.04.7000 (corrupção ativa e

passiva: caso UTC-COMPERJ/RICARDO PESSOA e outros); (17) 5045241-84.2015.4.04.7000 (corrupção, lavagem de dinheiro, pertinência à organização criminosa e fraude processual: caso JOSÉ DIRCEU); (18) 5023135-31.2015.4.04.7000 (corrupção, lavagem de dinheiro e pertinência à organização criminosa: caso PEDRO CORRÊA/PEDRO CORRÊA e outros); (19) 5030424-78.2016.4.04.7000 (corrupção, lavagem de dinheiro e pertinência à organização criminosa: caso GENU/JOÃO CLÁUDIO GENU e outros); (20) 5022179-78.2016.4.04.7000 (corrupção, lavagem de dinheiro, pertinência à organização criminosa e obstrução de investigação de organização criminosa: caso GIM ARGELLO/JORGE ARGELLO e outros); (21) 5083360-51.2014.4.04.7000 (organização criminosa, corrupção ativa e passiva, lavagem de dinheiro e uso de documento falso: caso GALVÃO ENGENHARIA/DARIO GALVÃO e outros); (22) 5013405-59.2016.4.04.7000 (organização criminosa, corrupção ativa e passiva e lavagem de dinheiro: caso SETE BRASIL/MÔNICA MOURA, JOÃO SANTANA e outros); (23) 5051606-23.2016.4.04.7000 (corrupção, lavagem de dinheiro e manutenção de depósitos não declarados no exterior: caso CAMPO PETROLÍFERO DE BENIN/EDUARDO CUNHA).

Agora, são trazidas a julgamento as apelações relativas à **vigésima quarta ação penal** que tem a sua sentença submetida à revisão por este tribunal.

A **denúncia imputa** ao ex-Presidente da República LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, aos dirigentes e altos empregados da OAS AGENOR FRANKLIN MAGALHÃES MEDEIROS, FÁBIO HORI YONAMINE, JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO, PAULO ROBERTO VALENTE GORDILHO e ROBERTO MOREIRA FERREIRA e ao Presidente do Instituto Lula PAULO TARCISO OKAMOTTO, **crimes de corrupção e de lavagem de dinheiro**. Também figurava no pólo passivo Marisa Letícia Lula da Silva, cujo falecimento no curso da demanda implicou a extinção da sua punibilidade, o que restou proclamado.

A acusação aponta que o grupo OAS, enquanto integrante do cartel de empreiteiras, teria **ofertado e pago vantagens indevidas** a dirigentes e funcionários da PETROBRÁS, bem como a partidos políticos em pelo menos três contratos distintos celebrados com a estatal cujos objetos eram: (a) execução de ISBL da carteira de gasolina UGHE HDT de instáveis da carteira de coque da Refinaria Presidente Getúlio Vargas - REPAR; (b) implantação das UHDT's e UGH's da Refinaria Abreu e Lima - RNEST; e (c) implantação das UDA's igualmente localizadas na Refinaria Abreu e Lima - RNEST. As obras foram realizadas em consórcio com a empresa ODEBRECHT e, em uma oportunidade, conjuntamente com a UTC ENGENHARIA. O total da propina paga pelos dirigentes da OAS **totalizaria uma quantia de R\$ 87.624.971,26** (oitenta e sete milhões seiscentos e vinte e quatro mil novecentos e setenta e um reais e vinte e seis centavos). O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL afirma que **1/3 desse valor foi disponibilizado ao Partido dos Trabalhadores** nos moldes de uma 'conta corrente de propinas'. O ex-Presidente da República é denunciado por ter **concorrido para esses atos de corrupção ao se situar no vértice do esquema criminoso, viabilizando-o e lhe dando sustentação** ao nomear e assegurar no cargo Diretores da Petrobrás sabendo que lhe caberia irrigar com dinheiro produto de propina as finanças do próprio Partido dos Trabalhadores e de outros partidos da base aliada, visando à governabilidade corrompida e sua perpetuação criminosa no poder através do financiamento de campanhas eleitorais nos mais diversos níveis, além do enriquecimento ilícito de envolvidos. Assim, são imputados, a JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO e a AGENOR FRANKLIN MAGALHÃES MEDEIROS, **nove crimes de corrupção ativa**, porquanto teriam corrompido por três vezes tanto LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA como Paulo Roberto Costa e Renato Duque (três vezes a corrupção de três agentes públicos, totalizando nove crimes), e, a LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, **três crimes de corrupção passiva** (um relativo a cada contrato: dois da RNEST e um da REPAR).

Também é apontado, já no item 3, o cometimento de **outros quatro crimes de corrupção** por LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA ao ter recebido da OAS, ele próprio, vantagens na ordem de R\$ 3.738.738,00 (três milhões setecentos e trinta e oito mil setecentos e trinta e oito reais), por conta dos valores anteriormente referidos como da conta corrente de propinas destinada ao Partido dos Trabalhadores. **Três desses crimes,**

envolveriam o apartamento triplex em Guarujá/SP, porquanto a **diferença de preço entre o apartamento tipo e o triplex, sua reforma e a instalação de móveis sob medida** foram suportados pela OAS, e, **o quarto, diria respeito ao armazenamento do acervo presidencial** também pago pela OAS.

Ademais, **o produto desses crimes teria sido recebido mediante atos de ocultação ou dissimulação**, de modo que não parecessem formalmente serem vantagens ao presidente, implicando o cometimento, por LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, também, de **três crimes de lavagem de dinheiro** relativos ao triplex e de **sessenta e um crimes de lavagem de dinheiro** relativos ao armazenamento do acervo presidencial, correspondente, essa última sequência, aos respectivos pagamentos mensais. A imputação de mais esses crimes de corrupção e de lavagem resta clara nas páginas 94 e 132 da denúncia. Por terem concorrido para as três lavagens de dinheiro relativas ao triplex, esses crimes também são imputados a MARISA LETÍCIA LULA DA SILVA, JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO, PAULO ROBERTO VALENTE GORDILHO, FÁBIO HORI YONAMINE. Finalmente, por terem concorrido para os sessenta e um crimes de lavagem de dinheiro relativos ao acervo presidencial, esses crimes também são imputados a JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO e a PAULO TARCISO OKAMOTTO.

No item 4 da denúncia, denominado 'capitulação', **os crimes são totalizados** como segue: a) **7 crimes de corrupção passiva qualificada**, na sua forma majorada, em concurso material, a LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA; b) **9 crimes de corrupção ativa**, na sua forma majorada, em concurso material a JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO e AGENOR FRANKLIN MAGALHÃES MEDEIROS; c) 3 crimes de lavagem de capitais, em concurso material a LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, MARISA LETÍCIA LULA DA SILVA, JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO, PAULO ROBERTO VALENTE GORDILHO, FÁBIO HORI YONAMINE e ROBERTO MOREIRA FERREIRA; d) **61 crimes de lavagem de capitais**, em continuidade delitiva, a LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO e PAULO TARCISO OKAMOTTO.

2. Sentença, recursos do Ministério Público Federal e dos Réus e parecer da Procuradoria Regional da República. Após integral e regular instrução, o Juízo de origem: (a) condenou JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO pela prática de **um crime de corrupção e outro de lavagem de dinheiro** a uma pena de 10 anos e 08 meses de reclusão e multa; (b) condenou AGENOR FRANKLIN MAGALHÃES MEDEIROS por **um crime de corrupção ativa** a uma pena de 06 anos de reclusão e multa; (c) condenou o ex-Presidente da República LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA pela prática de **um crime de corrupção e outro de lavagem de dinheiro** a uma pena de 09 anos e 06 meses de reclusão e multa; (d) **absolveu os demais acusados de todas as imputações.**

Desse modo, dos oito réus, **um teve a sua punibilidade extinta** em razão da morte antes mesmo da prolação da sentença, **quatro foram absolvidos** e tão-somente **três condenados**, sendo que, imputados 9 crimes de corrupção ativa e 4 crimes de lavagem de dinheiro a JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO, foi condenado por apenas 1 crime de cada tipo; imputados 9 crimes de corrupção ativa a AGENOR FRANKLIN MAGALHÃES MEDEIROS, foi condenado por apenas 1 crime; e, imputados 7 crimes de corrupção passiva e 64 crimes de lavagem de dinheiro a LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, foi condenado por apenas 1 crime de cada tipo.

Na **dosimetria**, a **maior pena** coube a JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO. Mas, não obstante a inexistência de acordo de colaboração por parte dos réus AGENOR FRANKLIN MAGALHÃES MEDEIROS e JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO, eles contribuíram efetivamente para a elucidação dos fatos durante a instrução do feito, o que foi considerado pelo Juiz para agraciá-los com benefícios aplicáveis a este e a outros processos: redução das suas penas e permissão de cumprimento em regime prisional mais brando.

Apelaram o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (evento 978) e as defesas de AGENOR FRANKLIN MAGALHÃES MEDEIROS (evento 982), JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO (evento 995), PAULO TARCISO OKAMOTTO (evento 996) e LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (evento 1.013).

A apelação do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL é delimitada já no início da sua peça de 136 páginas. Busca reverter as absolvições, ampliar as condenações para que seja considerado maior número de crimes, ampliar as penas e o valor mínimo para reparação do dano, como segue:

'O presente recurso volta-se apenas aos seguintes aspectos da sentença, que, no mais, merece ser mantida na íntegra:

- 1. Contra o **número de atos de lavagem de dinheiro**, bem como a data do último ato de lavagem considerados na sentença recorrida;*
- 2. Contra a **absolvição** de PAULO GORDILHO, FÁBIO YONAMINE e ROBERTO MOREIRA, por falta de prova suficiente do agir doloso (artigo 386, VII, do CPP), dos delitos de lavagem de dinheiro a eles imputados;*
- 3. Contra a **absolvição** de LULA, JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO e PAULO OKAMOTTO, por falta de prova suficiente para a condenação (artigo 386, VII, do CPP), de parte das imputações do crime de lavagem de capitais, concernentes ao armazenamento do acervo presidencial;*
- 4. Contra o **número de atos de corrupção** considerados na sentença recorrida;*
- 5. Contra a **dosimetria** das penas fixadas na condenação dos apelados, especialmente em relação à análise do Juízo a quo quanto às **circunstâncias judiciais** enumeradas no artigo 59, caput, do Código Penal; à análise do d. Juízo quanto às circunstâncias **atenuantes e agravantes**; e à análise do Juízo quanto às **causas de diminuição e de aumento de pena**;*
- 6. Contra o **valor fixado** na aplicação do artigo 387, caput e IV, CPP.'*

O réu AGENOR FRANKLIN MAGALHÃES MEDEIROS busca sua absolvição ou a ampliação dos benefícios. Assim sintetizou o objeto do seu recurso de 42 páginas:

*'Fato é que o Apelante **deveria ter sido absolvido** do crime que lhe foi imputado, haja vista a falta de provas do oferecimento de vantagens indevidas ao ex-Presidente LULA, ao Sr. Pedro Barusco ou ao Sr. Renato Duque no que concerne às obras da RNEST e da REPAR. Também é objeto deste recurso a concessão de **benefícios na sentença em razão da colaboração** prestada pelo Apelante. Não só porque foi expressamente determinado na sentença que a questão deveria ser trazida a este Tribunal para fins de **confirmação**, de modo a se respeitar a competência da corte para o estabelecimento da pena, como também porque, ao ver da defesa, o benefício concedido **deveria ter sido maior** para o Apelante, ante a importância de sua colaboração.'*

O réu JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO apela, em 35 páginas. Não se insurge contra a sua condenação, buscando, apenas, reduzir o seu impacto mediante ampliação dos benefícios, redução das penas e do valor mínimo de reparação do dano:

*Assim, como se verá abaixo, não havendo controvérsia sobre efetiva **colaboração do apelante** e diante da relevância de seu depoimento, devem ser **mantidos os benefícios legais** a ele aplicados na sentença consistentes em não impor, 'como condição para a progressão do regime, a completa reparação dos danos decorrentes do crime, e admitir a progressão de regime de cumprimento de pena depois do cumprimento de dois anos e seis meses de reclusão no regime fechado, isso independentemente do total de pena somada' (EVENTO 948, SENT 1, fls. 138).*

*No mais, requer-se que sejam **reduzidas as penas** impostas no decreto condenatório para os delitos de corrupção ativa e lavagem de dinheiro, bem como **afastada a imposição de valor mínimo para reparação de dano**.*

O réu LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA oferece recurso em 491 páginas. Suscita inúmeras preliminares, buscando o envio do feito ao STF, o reconhecimento da nulidade de todo o processo desde o recebimento da denúncia ou da nulidade da sentença, bem como a reinquirição do réu. No mérito, busca sua absolvição, prescrição, redução de pena e afastamento do valor mínimo de reparação do dano. Assim formula, ao final, os pedidos:

'Ante todo o exposto, requer-se preliminarmente:

- (i) A **nulidade do processo**, a partir do recebimento da denúncia, por **incompetência** da Justiça Federal da Subseção Judiciária de Curitiba/PR para o processamento e julgamento dos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro imputados ao Apelante (art. 70 do CPP), devendo os autos ser remetidos aos Foros Competentes;*
- (ii) A nulidade do processo, a partir do recebimento da denúncia, por **incompetência** da Justiça Federal da Subseção Judiciária de Curitiba/PR para o processamento e julgamento dos crimes praticados contra sociedade de economia mista, devendo ser os autos remetidos ao Foro Competente;*
- (iii) A nulidade de todos os atos do processo, a partir do recebimento da denúncia, pela patente **suspeição** do magistrado que conduziu o processo;*
- (iv) A nulidade de todos os atos do processo, a partir do oferecimento da denúncia, pelos sucessivos indeferimentos de produção de provas, que implicaram **cerceamento de defesa**;*
- (v) A **nulidade da sentença**, por violar o **princípio da correlação** entre a sentença e a denúncia;*
- (vi) A nulidade da sentença, por patente **falta de fundamento**, em violação ao artigo 93, IX, da Constituição Federal;*
- (vii) E, ainda, **seja o Apelante reinquirido**, com supedâneo no art. 616 do Codex Processual Penal, para que preste, perante um órgão judicial imparcial e independente, os esclarecimentos necessários sobre os fatos em exame, especialmente acerca das alegações de Léo Pinheiro - máxime diante dos defeitos apontados na inquirição realizada em primeiro grau.*

No mérito, requer-se:

- (viii) A **absolvição** do Apelante, por restar provada a **inexistência dos fatos** imputados ou pela **atipicidade** das condutas ou, ainda, por **insuficiência de provas** para a condenação, com fundamento no art. 386, I, II, III, ou VII do Código de Processo Penal;*
Ou - apenas para que os subscritores se desincumbam de um dever profissional, pois os autos não permitem qualquer juízo de culpa do Apelante -, pede-se em caráter subsidiário:
- (ix) Reconhecimento da **prescrição** da pretensão punitiva para ambos os crimes, com fulcro nos arts. 107, IV, 109, III e 115 do Código Penal (corrupção passiva) e arts. 107, III, 109, IV e 115 do Código Penal (lavagem de dinheiro);*
- (x) A **redução das penas** a ele imputadas, tanto corporal quanto de multa;*
- (xi) O **afastamento do arbitramento do dano mínimo**, por não ter sido produzida prova acerca do suposto prejuízo sofrido pela Petrobrás, ou que haja delimitação da responsabilidade patrimonial pelos supostos danos causados ou, ainda, que haja tratamento isonômico entre os corréus;*
Por fim, na longínqua hipótese de serem indeferidos todos os pedidos formulados, requer-se seja assegurado ao Apelante o direito de em liberdade recorrer aos Tribunais Superiores, que certamente reverterão a injusta condenação, diante das patentes violações a normas constitucionais e infraconstitucionais aqui prequestionadas.'

O réu PAULO OKAMOTTO, embora tenha sido absolvido, recorre, em 48 páginas. Pede que seja reconhecida a **competência do STF e a decorrente nulidade do processo**, sejam reconhecidas **nulidades processuais** decorrentes da **parcialidade do juiz** e do **cerceamento de defesa** em razão do indeferimento do **acesso integral a provas e do indeferimento da produção de provas**. Sucessivamente, busca que seja **alterado o fundamento da absolvição** considerando que a conduta é atípica ou que não há prova de que o autor concorreu para a infração penal (art. 386, III ou V do CPP), que sejam **devolvidos os bens apreendidos e riscados termos da sentença** ofensivos ao advogado.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, que também atua enquanto *custos legis*, oferece parecer em 81 páginas, assim concluindo:

4. CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina o Ministério Público Federal pela rejeição das prefaciais arguidas pelas defesas e, no mérito: a) pelo parcial provimento do recurso do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, tão somente para que sejam exasperadas as penas aplicadas aos réus, bem como para que seja considerado um ato de corrupção para cada contrato; b) pelo parcial provimento do recurso de LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, a fim de que sejam diminuídos os dias-multa do delito de corrupção, em proporção à pena-base; c) pelo desprovimento dos recursos de JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO e AGENOR FRANKLIN MAGALHÃES MEDEIROS; e D) pelo não conhecimento dos recursos de PAULO OKAMOTTO e LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA quanto à alteração do fundamento da absolvição.'

Vê-se que, para a Procuradoria Regional da República, a sentença deve ser reformada apenas para que se considere **maior número de crimes**, para que se **ampliem as penas** e para que se **reduza o número de dias-multa** do crime de corrupção de LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA.

3. Voto do Desembargador Relator. O Desembargador JOÃO PEDRO GEBRAN NETO traz alentado voto, concluindo e votando como segue:

9. CONCLUSÕES

Por todo o exposto, conclui-se:

9.1. *É competente o Juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba/PR para o processamento e julgamento desta e das demais ações penais relacionadas à 'Operação Lava-Jato'.*

9.2. *Não restou caracterizada qualquer das hipóteses de suspeição do magistrado, elencadas no art. 254 do Código de Processo Penal.*

9.3. *Afastada alegação de suspeição dos Procuradores da Força-Tarefa da 'Operação Lava Jato'.*

9.4. *Ausente cerceamento de defesa.*

9.5. *Não verificada a apontada violação ao princípio da autodefesa.*

9.6. *Afastada a tese defensiva de ausência de correlação entre a peça acusatória e a sentença.*

9.7. *Não há nulidade a ser declarada por alegada ausência de fundamentação.*

9.8. *Rejeitadas integralmente todas as preliminares sustentadas pelas defesas.*

9.9. *O tema das provas é de fundamental importância, em especial porque os delitos imputados aos acusados são complexos e de difícil apuração, muitas vezes dependente de um conjunto de indícios para a sua comprovação. Esta prova indireta deverá ser 'acima de qualquer dúvida razoável', excluindo-se a possibilidade dos fatos terem ocorrido de modo diverso daquele alegado pela acusação.*

9.10. *Mantidas as condenações de LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO e AGENOR FRANKLIN MAGALHÃES MEDEIROS pelo delito de corrupção. Há provas acima de dúvida razoável de que a unidade triplex foi destinada a LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA e de que foram arcados pela empresa OAS, como vantagem indevida, os recursos necessários para o custeio da diferença entre aquilo que foi inicialmente pago pelo apelante para aquisição do apartamento originalmente contratado, somados com as despesas de personalização (reforma, mobiliário e utensílios).*

9.11. *Preservada a condenação de LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA por único ato de corrupção passiva.*

9.12. *Mantida a absolvição de JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO e de AGENOR FRANKLIN MAGALHÃES MEDEIROS quanto às imputações de delitos de corrupção ativa com relação aos funcionários da Petrobras Renato de Souza Duque e Pedro José Barusco Filho.*

9.13. *Preservada a condenação de LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA e de JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO por crime único de lavagem de dinheiro pela ocultação e dissimulação da titularidade do apartamento 164-A, triplex.*

- 9.14. Mantida a absolvição de PAULO ROBERTO VALENTE GORDILHO, FÁBIO HORI YONAMINE e ROBERTO MOREIRA FERREIRA pelo delito de lavagem de capitais envolvendo a ocultação e dissimulação da titularidade do imóvel.
- 9.15. Preservada a absolvição de LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, PAULO TARCISO OKAMOTTO e LÉO PINHEIRO dos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro quanto ao armazenamento do acervo presidencial.
- 9.16. Não conhecimento das apelações de LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA e de PAULO OKAMOTTO, no ponto em que postulam a reforma da sentença para que se faça constar que os fatos relacionados ao acervo presidencial não constituem crime, por falta de interesse jurídico recursal.
- 9.17. Reformadas as sanções aplicadas, restando os réus definitivamente condenados a:
- (a) LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA: 12 (doze) anos e 01 (um) mês de reclusão, em regime inicialmente fechado, e 280 (duzentos e oitenta) dias-multa, à razão unitária de 05 (cinco) salários mínimos vigentes ao tempo do último fato criminoso;
- (b) JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO: 03 (três) anos, 06 (seis) meses e 20 (vinte) dias de reclusão, em regime inicial semiaberto, e 70 (setenta) dias-multa, à razão unitária de 05 (cinco) salários mínimos vigentes ao tempo do último fato criminoso;
- (c) AGENOR FRANKLIN MAGALHÃES MEDEIROS: 01 (um) ano, 10 (dez) meses e 07 (sete) dias de reclusão, em regime aberto, e 43 (quarenta e três) dias-multa, à razão unitária de 05 (cinco) salários mínimos vigentes ao tempo do último fato criminoso.
- 9.18. Provido parcialmente o apelo da defesa de LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA tão somente para aplicar a atenuante do artigo 65, I, do Código Penal no patamar de 1/6 (um sexto). Tal redução é aplicada de ofício em relação ao corrêu AGENOR FRANKLIN MAGALHÃES MEDEIROS.
- 9.19. Hígida a pretensão punitiva, pois não decorridos os prazos prescricionais entre os marcos interruptivos.
- 9.20. Preservada a sentença no tocante ao valor definido a título de reparação do dano.
- 9.21. Determinada a execução das penas após esgotada a jurisdição de segundo grau ordinária.

Em suma, o voto do eminente relator mantém as absolvições e as condenações, aumenta a pena de LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, mantém a pena de JOSÉ ADELMÁRIO e reduz a sanção de AGENOR FRANKLIN e reduz os benefícios (embora aumente a fração de redução para 2/3, restringe seus efeitos a este processo).

4. Peculiaridades deste caso: envolvimento de um Presidente da República e seu julgamento. Presidentes da República, via de regra, são julgados diretamente pelo Supremo Tribunal Federal em razão do **foro privilegiado** que visa resguardar o chefe de governo e de estado (essas funções, no Brasil, são reunidas em uma única pessoa) durante o exercício do seu mandato. **Quando fora do cargo, porém, suas ações tramitam como a de qualquer cidadão**, iniciando pela primeira instância, com o resguardo do contraditório e da ampla defesa, incluindo a plêiade de recursos e de outros meios de impugnação de decisões judiciais colocados à disposição dos réus pelo sistema processual brasileiro.

O fato de se tratar de alguém processado por malfeitos praticados quando do exercício da Presidência da República é um elemento relevantíssimo a ser considerado.

O sufrágio universal constitui um baluarte dos regimes democráticos. A **legitimação, nas urnas**, revela que o dignitário enfeixa, no momento da eleição, a confiança da maioria dos eleitores para ocupar a função, dentre os candidatos habilitados. Mas não confere ao eleito senão as prerrogativas e os poderes necessários a que exerça as suas competências. Presidentes são homens, ou mulheres, de modo que tudo o que é humano lhes diz respeito, para parafrasear TERÊNCIO, sendo imprescindível sua sujeição a limites e a controles. Aliás, **quanto maior o poder conferido a alguém, maiores o seu compromisso e a sua responsabilidade**. A assunção do cargo de Presidente, por certo que é honrosa, mas constitui essencialmente um múnus público, e dos maiores. A eleição e a assunção do cargo não põem o eleito acima do bem e do mal, **não lhe permitem buscar fins nem agir por meios que não os legais**.

O que legitima o exercício do cargo é a atuação no sentido da promoção dos valores constitucionais, balizada pelo cumprimento das leis da República. AYRES BRITO, em seu discurso de posse no Supremo Tribunal Federal, assim se pronunciou com acerto: 'não basta aos parlamentares e aos chefes de Poder Executivo a legitimidade pela investidura. É preciso ainda a **legitimidade pelo exercício**, somente obtida se eles, membros do poder, partindo da vitalização dos explícitos fundamentos da República ('soberania', 'cidadania', 'dignidade da pessoa humana', 'valores sociais do trabalho e da livre iniciativa', 'pluralismo político'), venham a concretizar os objetivos também explicitamente adjetivados de fundamentais desse mesmo Estado republicano ('construir uma sociedade livre, justa e solidária', 'garantir o desenvolvimento nacional', 'erradicar a pobreza e a marginalização (a maior de todas as políticas públicas) e reduzir as desigualdades regionais e sociais', 'promover o bem de todos, sem preconceitos de qualquer natureza'.

Efetivamente, o proceder no exercício do cargo deve estar à altura do seu significado e da sua dimensão. **A prática de crimes no exercício da função ou em razão dela é algo incompatível com a ordem jurídica e da mais alta gravidade.** Tanto que a **Constituição prevê** a possibilidade de suspensão das funções inclusive do Presidente em exercício, tanto no caso de crimes de responsabilidade, após instaurado o processo no Senado Federal (art. 86, § 1º, da CF), como no caso de infrações penais comuns, após recebida a denúncia pelo Supremo Tribunal Federal.

A imputação de **crimes praticados mediante o uso do poder inerente ao cargo de Presidente da República**, por estar, ao lado da chefia dos demais poderes, dentre os maiores cargos da República, é estarecedora. Isso porque se espera de quem assume tal cargo uma conduta correta, exemplo, uma postura de servir ao país e não de servir-se dele. **O cometimento de crimes de corrupção por um Presidente ou ex-Presidente, em razão do cargo, além de constituir uma violação seriíssima à ordem jurídica, torna vil o exercício da autoridade.**

Submeter a conduta de um Presidente ao crivo da censura penal, torna presente o que bem destacou o magistrado de primeira instância, ao finalizar sua sentença: '**não importa o quão alto você esteja, a lei ainda está acima de você**'.

Nesta ação penal, não estão em questão fatalidades do destino e, sim, **condutas que implicam grave violação a bens jurídicos tutelados pelas normas penais.** Analisaremos **se, de maneira livre e consciente**, a pessoa que reunia elevados poderes e prerrogativas no Estado brasileiro **concorreu ou não, nos limites postos na denúncia, para o ambiente de corrupção sistêmica instalado na máquina pública brasileira, obtendo vantagens indevidas para os partidos políticos, para agentes públicos e para si próprio.** Em caso positivo, será responsabilizado; em caso negativo, advirá um acórdão absolutório, exculpando o acusado ou dizendo da ausência de provas suficientes para uma condenação segura.

Acusar um Presidente ou ex-Presidente da República exige, por isso, extrema convicção por parte do Ministério Público; **julgá-lo exige todos os cuidados** por parte do Poder Judiciário, não apenas para que **o contraditório e a ampla defesa** sejam efetivamente observados, mas também para que a lei penal material seja aplicada com **técnica e justiça.**

O caso é de extrema **notoriedade**, decorrente do interesse da sociedade sobre o comportamento daquele que deteve poderes outorgados pela maioria dos eleitores e que desempenhou suas funções, com notável envergadura política, por dois mandatos, concluindo-os com enorme popularidade. Aliás, foi sucedido por Dilma Rousseff, que fora Ministra-chefe da Casa Civil no seu governo.

É certo que cada cidadão tem sua opinião sobre o caso, porquanto vivemos em um **ambiente de liberdade democrática** em que são assegurados a todos os **direitos fundamentais de se informar, de pensar e de se expressar.** As manifestações da sociedade, mesmo que, por vezes, estuantes, são próprias do **pluralismo político** e da **participação popular.** No entanto, os pré-julgamentos feitos pelos cidadãos são feitos com diferentes níveis de informação, com motivações diversas e se apresentam muitas vezes opostos uns aos outros.

É **por razões de segurança e de justiça** que a **Constituição brasileira outorga ao Poder Judiciário a competência para julgar** os casos penais. O julgamento é realizado por **juízes togados**, com formação e experiência para atuar com **equidistância e imparcialidade**, e orientado pela **estrita aplicação do Direito ao caso concreto** mediante criteriosa análise dos fatos.

As práticas de compadrio, de barganha, de pressão, de arregimentação de apoios e de ameaça de retaliações são estranhas ao ambiente judicial e, se houver, serão criminosas. A linguagem, a lógica, o encaminhamento não são os do tráfico de influências, da camaradagem, do 'tapinha nas costas'. Aqui, **ninguém pode ser condenado por ter 'costas largas', nem absolvido por ter 'costas quentes'**.

A forma de **acesso aos cargos de juiz** por concurso público e as **prerrogativas da magistratura** (sobretudo a inamovibilidade), enquanto preservadas, resguardam os magistrados do jogo de interesses e da busca de apoios políticos. Não se vende esperanças pontuais para obter votos, não se assume compromissos de conveniência com grupos econômicos, políticos e sociais. O compromisso é com o cumprimento da Constituição e das leis da República Federativa do Brasil. Os juízes legitimam-se por atuarem com **independência e imparcialidade** e sempre **mediante provocação**, em resposta ao exercício do direito de acesso à Justiça por alguém, sendo que, no Direito Penal, mediante iniciativa do próprio Estado através do Ministério Público, em prol da sociedade, aplicando a lei a todos, independentemente da cor partidária e da inclinação ideológica.

5. O respeito ao devido processo legal. Preservação do juiz natural, do contraditório e da ampla defesa. Decisões claras e fundamentadas. Rejeição das preliminares suscitadas. O órgão jurisdicional que processou e julgou a ação penal - atualmente denominado de **13ª Vara Federal de Curitiba** e que, anteriormente, correspondia à 2ª Vara Federal de Curitiba - foi criado pela Lei 7.583/87 e instalado no mesmo ano. A especialização dessa Vara, no Estado do Paraná, em crimes contra o sistema financeiro nacional e de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, por sua vez, sobreveio com a Resolução TRF4 nº 20/2003, estendendo-se aos crimes praticados por organização criminosa pela Resolução TRF4 42/2006. O magistrado que lá jurisdiciona e que está à frente da ação penal ora recorrida, tem essa lotação desde 2002. Era, portanto, **pré-existente e estava em pleno funcionamento** à época da distribuição do feito, com competência para o processamento e julgamento de crimes de lavagem de dinheiro e afins.

Esta **8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região**, por sua vez, é órgão jurisdicional da **estrutura permanente deste Tribunal**, cabendo-lhe o julgamento das apelações criminais neste feito em razão da aplicação das **regras ordinárias de competência** estabelecidas na Constituição, no Código de Processo Penal e no Regimento Interno deste Tribunal, todas **normas preexistentes e aplicáveis ao caso**.

A 8ª Turma estava **formada e no pleno exercício dos seus misteres** quando, por **sorteio eletrônico**, foi distribuído ao Des. GEBRAN o primeiro dos recursos relativos à **Operação Lava Jato**. Lembre-se que o Des. LAUS está na 8ª Turma desde 2003 e que o Des. GEBRAN e este Revisor compõem a 8ª Turma desde 2013, sendo que os primeiros processos da Operação Lava Jato foram distribuídos em 2014. A partir de então, **fixou-se nossa competência para rever, em grau recursal, as decisões e sentenças do Juiz da 13ª Vara Federal de Curitiba** nessa operação. É que o Tribunal Regional Federal da 4ª Região constitui a segunda instância da Justiça Federal de toda a região sul do país, que abrange os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Os **réus**, desde a vinculação dos seus nomes à investigação, vêm suscitando questões relativas ao inquérito policial, à higidez da denúncia, ao seu recebimento e à instrução da ação penal mediante vias processuais das mais variadas. Sempre gozaram de **largo e expedito acesso à Justiça**. Para que se tenha uma idéia, vinculados a esta ação penal, há 108 Habeas Corpus, 07 Mandados de Segurança, 07 Recursos em Sentido

Estrito, 08 Agravos, 03 Petições, 20 Exceções de Suspeição e 06 Correições Parciais, além de inúmeras exceções de incompetência e pedidos de restituição de bens. Embora a expressiva interposição de recursos, ainda assim, as questões trazidas foram resolvidas por esta Turma, sempre, com presteza, até porque, na célebre frase de Rui Barbosa, '**A justiça atrasada não é justiça; senão injustiça qualificada e manifesta**'.

Os incidentes, em geral, foram julgados ao seu tempo e modo, sem que se tenha verificado **nenhum vício a implicar óbice ao prosseguimento da ação e ao seu julgamento**, embora, por vezes, divergências pontuais tenham ocorrido, como sói acontecer nos colegiados. Em uma oportunidade, a Turma manteve a ação quanto ao acervo presidencial, mas com voto divergente deste revisor que determinava seu trancamento. Noutra, o pedido foi acolhido para dispensar o ex-Presidente de estar presente na oitiva de todas as testemunhas, o que fora imposto inicialmente pelo magistrado de primeiro grau. Tudo o que se fez necessário para assegurar um julgamento legítimo e justo foi feito pela 13ª Vara, com a revisão e chancela desta Turma e, diga-se, dos tribunais superiores, porquanto muitos desses incidentes foram levados até o Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal.

A **denúncia** é bem escrita, noticia os fatos, faz as imputações, fundamenta a pretensão condenatória e formula os pedidos. **Os réus estão representados** por experientes advogados, tendo apresentado **defesas preliminares**, acompanhado todas as fases da ação penal de modo ativo, apresentado **alegações finais** e, sempre que entenderam necessário, recorrido a esta Corte. Foram colhidas as **provas pertinentes ao esclarecimento dos fatos**, foi realizado **interrogatório**, oportunizando-se aos réus que dessem suas versões dos fatos, e o **julgamento se deu de modo técnico e juridicamente fundamentado**.

Adiro ao voto do relator quanto às diversas preliminares suscitadas pelas partes e por ele enfrentadas com o necessário detalhamento, cuja transcrição aqui se dispensa. Faço minhas as suas palavras, sendo certo que **nenhum impedimento há para que se adentre o mérito desta ação**.

6. Os bens jurídicos tutelados e os tipos penais de corrupção ativa e passiva e de lavagem de dinheiro. Ter clareza acerca dos bens jurídicos tutelados pelos tipos penais de corrupção ativa e passiva e de lavagem de dinheiro constitui premissa relevante para que possamos bem avaliar a potencialidade danosa das condutas descritas pelo MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL em sua peça inicial.

O funcionamento da **Administração Pública** deve pautar-se pelos **princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência**. Para tanto, impende que toda pessoa que exerce cargo, emprego ou função pública, seja em caráter efetivo ou mesmo transitoriamente e ainda que sem remuneração, observe esses princípios na prática dos seus atos. Isso tanto no âmbito da administração direta (ente político) como da administração indireta (suas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista) e também das empresas contratadas ou conveniadas para a execução de atividade típica da Administração Pública. Que os servidores públicos e agentes políticos atuem de modo íntegro, com espírito público, inspirados por esses princípios e com vista ao bem comum é o que se espera e o que se impõe.

Quando outros interesses se sobrepõem, não apenas o servidor se corrompe, no sentido de se deteriorar moralmente, de se perverter, mas, com ele, também a Administração se deteriora e se perverte, torna-se ineficiente, desperdiça os recursos públicos, compromete seus serviços, não dá à população a contrapartida que lhe é devida, transforma-se num pária, fazendo pouco caso do seu papel, das expectativas e dos esforços de todos.

O Direito, como instrumento de regulação social, ocupa-se de inibir e de reprimir o agir corrupto, salvaguardando a sociedade. Paraphrasing the poet, vale dizer que **não é mais possível admitir que o dinheiro público viaje 'na bagagem da impunidade'**.

Em 2000, no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), foi adotada a **Convenção contra o Crime Organizado Transnacional**. Internalizada em nosso ordenamento jurídico pelo Decreto 5.015/2004, seu art. 8º ocupa-se da importância da criminalização da corrupção. Em 2003, restou adotada **Convenção específica contra a Corrupção**, internalizada pelo Decreto 5.687/2006, em cujo preâmbulo está estampada a preocupação dos Estados Partes 'com a gravidade dos problemas e com as ameaças decorrentes da corrupção, para a estabilidade e a segurança das sociedades, ao enfraquecer as instituições e os valores da democracia, da ética e da justiça e ao comprometer o desenvolvimento sustentável e o Estado de Direito'.

O ordenamento jurídico brasileiro já o fazia, inclusive através de mais de um **tipo penal**, dentre os quais os que estão sob as rubricas de concussão, excesso de exação e facilitação ao contrabando e ao descaminho, mas, sobretudo, pelas figuras específicas dos crimes de corrupção passiva e ativa, assim redigidos:

'Corrupção passiva

Art. 317 - Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 10.763, de 12.11.2003)

§ 1º - A pena é aumentada de um terço, se, em consequência da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou deixa de praticar qualquer ato de ofício ou o pratica infringindo dever funcional.

§ 2º - Se o funcionário pratica, deixa de praticar ou retarda ato de ofício, com infração de dever funcional, cedendo a pedido ou influência de outrem:

Pena - detenção, de três meses a um ano, ou multa.'

'Corrupção ativa

Art. 333 - Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 10.763, de 12.11.2003)

Parágrafo único - A pena é aumentada de um terço, se, em razão da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou omite ato de ofício, ou o pratica infringindo dever funcional.'

Acerca da palavra corrupção, PRADO ensina:

'a origem desse vocábulo encontra-se ligada à idéia de degradação, deterioração, menosprezo, seja natural, seja valorativo... Na função pública, 'corrupto' é o agente que faz uso de sua função para atender finalidade distinta da do interesse público, movido pelo objetivo de alcançar vantagem pessoal. Também aqui, portanto, o funcionário corrupto 'degrada' ou 'deteriora' a autoridade de que foi investido, em proveito próprio'. (PRADO, Luiz Regis. Comentários ao Código Penal. 10ª edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, p. 1073).

A corrupção passiva, no que diz respeito aos verbos 'solicitar' e 'aceitar promessa', é crime formal, dispensando qualquer resultado material. O efetivo recebimento da propina pelos funcionários públicos ou sua entrega pelo corruptor não é exigido para condenação, porquanto a mera solicitação ou aceitação de vantagem indevida, ainda que sua natureza não seja econômica, já tipifica o ilícito penal. Mas 'receber' também constitui, alternativamente, um dos verbos que configuram o tipo penal.

Não se exige, também, que ato de ofício tenha efetivamente sido praticado, omitido ou retardado pelo servidor. Aliás, esse resultado, quando ocorrido, implicará o aumento da pena em um terço, nos termos do § 1º do art. 317 e do parágrafo único do art. 333 do CP.

O art. 317 do CP deixa claro que se deve considerar configurada a corrupção passiva ainda que o agente esteja fora da função ou mesmo antes de assumi-la, desde que em razão dela. O tipo penal tem em conta, portanto, que a função pública enseja ao agente praticar atos de ofício, ou deixar de fazê-lo, no interesse daquele a quem solicita ou de quem recebe vantagem indevida ou que lhe promete concedê-la. Antes, durante ou depois, desde que em razão da função, o recebimento, a solicitação ou a aceitação de promessa de vantagem indevida enseja o enquadramento da conduta no tipo de corrupção passiva.

Importante sim, é que haja a solicitação, a aceitação de promessa ou o efetivo recebimento de vantagem em razão do cargo. NUCCI analisa com precisão esse elemento:

'A relevância da expressão 'em razão da função' no crime de corrupção passiva

Eis um ponto nevrálgico para avaliar a corrupção passiva. O corrupto se vale, muitas vezes, do cargo que irá assumir para receber, antes disso, a vantagem indevida. Noutros, está licenciado e ganhando presentes e mais mimos, até que reassuma sua função. Trata-se de corrupção passiva.

O tipo é explícito ao exigir que o agente valha-se de sua função para demandar a vantagem indevida. Pode ele se encontrar fora da função (suspensão ou de licença), não ter, ainda, assumido suas atividades (nomeado, mas não empossado) ou já estar em pleno desenvolvimento de sua função. Entretanto, em qualquer caso, é indispensável que reclame a vantagem invocando ou valendo-se da sua atividade profissional.

E permitimo-nos acrescentar outra situação: a do agente público que exerce um cargo político e deixa tudo alinhavado para, depois de sua saída, obter a vantagem ilícita, vantagem essa que não lhe seria concedida se ele não tivesse exercido aquela função. Exemplo: um governador de Estado beneficia determinada empresa; quando sai do cargo, essa empresa lhe vende um imóvel abaixo do valor de mercado. Típica corrupção passiva.' (NUCCI, Guilherme de Souza. Corrupção e Anticorrupção. Rio de Janeiro: Forense, 2015, p. 74)

Entre o servidor e o particular de quem se solicita a vantagem ou de quem é recebida a vantagem ou aceita a promessa, por vezes há uma terceira pessoa interposta. Isso, aliás, é bastante comum, na medida em que esse terceiro acaba por fazer a ligação entre quem recebe e quem paga. Esse terceiro será coautor do crime de corrupção passiva ou ativa, conforme esteja atuando em conluio com o servidor corrupto ou com o particular corruptor. Veja-se o que diz BALTAZAR:

'Admite-se a coautoria ou participação de particular, como, por exemplo, quando a cobrança é feita por pessoa interposta, que não pertence aos quadros do serviço público, na chamada corrupção indireta, prática comumente adotada para dificultar a responsabilização penal do funcionário [...]. Em tais hipóteses, o particular poderá até mesmo responder como coautor, comunicando-se a qualidade de funcionário público, que é elementar do delito, por aplicação do art. 30 do CP, desde que essa circunstância tenha entrado em sua esfera de conhecimento.' (BALTAZAR JUNIOR, José Paulo. Crimes Federais. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 296).

O crime de corrupção passiva tem uma modalidade qualificada e outra privilegiada.

A modalidade qualificada, que implica aumento da pena de um terço, se dá quando: 'em consequência da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou deixa de praticar qualquer ato de ofício ou o pratica infringindo dever funcional'.

Na forma privilegiada, o funcionário pode atuar para agradar alguém. Ou, ainda que contrariado e constrangido, simplesmente cede à pressão. Nessa modalidade, como a pena é de três meses a um ano, ou multa, a competência é dos Juizados Especiais Criminais.

Ademais, os crimes próprios de servidores públicos têm como causa de aumento de pena (1/3) a posição do agente de ocupante de cargo em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta, sociedade de economia mista, empresa pública ou fundação instituída pelo poder público. Nesse sentido, dispõe o art. 327, § 2º, do CP.

A corrupção passiva, nas modalidades receber e aceitar, estará ligada, necessariamente, ao crime de corrupção ativa do art. 333 do CP, que envolve a oferta ou promessa de vantagem indevida, por particular a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício. Diz PRADO: 'Receber denota a ideia de obter a vantagem oferecida, havendo aqui uma conduta passiva do funcionário, em contrapartida à ação de oferecer praticada pelo corruptor (art. 333, CP)' (PRADO, Luiz Regis. *Comentários ao Código Penal*. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, p. 1074). Aceitar promessa, por sua vez, é 'consentir em receber dádiva futura' (NUCCI, Guilherme de Souza. *Código Penal Comentado*. 13. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013, p. 1182).

A corrupção ativa, destaque, também é crime formal. Consiste em oferecer prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício. O efetivo recebimento da propina pelos funcionários públicos não é exigido para condenação por corrupção ativa, porquanto a mera oferta de vantagem indevida, ainda que sua natureza não seja econômica, já tipifica o ilícito penal. Não se exige, também, que o ato de ofício tenha efetivamente sido praticado, omitido ou retardado pelo servidor. Aliás, esse resultado, quando ocorrido, implicará o aumento da pena em um terço, nos termos do parágrafo único do art. 333 do Código Penal.

Essas premissas jurídicas são úteis para a análise das imputações de corrupção ativa e passiva nesses autos.

Sigo adiante com os aspectos jurídicos, desta feita quanto à chamada '**lavagem de dinheiro**'. Trata-se de crime pluriofensivo. Além de, necessariamente, **violar a administração da Justiça**, é potencialmente apto a **lesionar a própria ordem econômica**. Encobre a prática de infrações penais, possibilitando ao criminoso usufruir dos recursos espúrios amealhados.

A lavagem de dinheiro - também chamada de lavagem de capitais - consiste em ações que **envolvem o produto de infrações penais antecedentes**, de modo a resguardar e viabilizar o seu proveito, a salvo do conhecimento pelas autoridades. A lavagem se faz com o proveito de tal infração, seja crime (e.g.: corrupção, tráfico de drogas) ou contravenção (e.g.: exploração de jogos de azar). Assim, é considerado um **crime derivado ou acessório**, tal como a receptação e o favorecimento real, previstos nos artigos 180 e 349 do Código Penal. Todavia, diferentemente do que ocorre nestes dois últimos delitos ora referidos, na lavagem de dinheiro **se oculta ou dissimula a natureza, a origem, a localização, a disposição, a movimentação ou a propriedade de bens, direitos ou valores provenientes de infração penal para resguardar a sua fruição pelo próprio agente do crime antecedente**.

O STF, no âmbito da conhecida AP 470, consolidou precedente descrevendo a lavagem de dinheiro como '*a prática de conversão dos proveitos do delito em bens que não podem ser rastreados pela sua origem criminosa*'. Em seguida, destaca: '*A dissimulação ou ocultação da natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade dos proveitos criminosos desafia censura penal autônoma, para além daquela incidente sobre o delito antecedente*'. Isso porque tem potencial lesivo próprio, violando a administração da Justiça ao impedir ou dificultar a descoberta do crime antecedente.

A tipificação do delito, com as modificações introduzidas pela Lei 12.863/12, encontra-se na Lei 9.613/98:

CAPÍTULO I

Dos Crimes de 'Lavagem' ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores

Art. 1o Ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal.

Pena: reclusão, de 3 (três) a 10 (dez) anos, e multa.

§ 1o Incorre na mesma pena quem, para ocultar ou dissimular a utilização de bens, direitos ou valores provenientes de infração penal:

I - os converte em ativos lícitos;

II - os adquire, recebe, troca, negocia, dá ou recebe em garantia, guarda, tem em depósito, movimenta ou transfere;

III - importa ou exporta bens com valores não correspondentes aos verdadeiros.

§ 2o Incorre, ainda, na mesma pena quem:

I - utiliza, na atividade econômica ou financeira, bens, direitos ou valores provenientes de infração penal;

II - participa de grupo, associação ou escritório tendo conhecimento de que sua atividade principal ou secundária é dirigida à prática de crimes previstos nesta Lei.

§ 3º A tentativa é punida nos termos do parágrafo único do art. 14 do Código Penal.

§ 4o A pena será aumentada de um a dois terços, se os crimes definidos nesta Lei forem cometidos de forma reiterada ou por intermédio de organização criminosa.

§ 5o A pena poderá ser reduzida de um a dois terços e ser cumprida em regime aberto ou semiaberto, facultando-se ao juiz deixar de aplicá-la ou substituí-la, a qualquer tempo, por pena restritiva de direitos, se o autor, coautor ou partícipe colaborar espontaneamente com as autoridades, prestando esclarecimentos que conduzam à apuração das infrações penais, à identificação dos autores, coautores e partícipes, ou à localização dos bens, direitos ou valores objeto do crime.

Conforme a redação do tipo penal, as condutas que configuram o crime de lavagem de dinheiro são muito variadas e abrangentes. BALTAZAR recorda que *'a criação desse tipo penal parte da idéia de que o agente que busca proveito econômico na prática criminosa precisa disfarçar a origem dos valores, ou seja, desvincular o dinheiro da sua procedência delituosa e conferir-lhe uma aparência lícita a fim de poder aproveitar os ganhos ilícitos'* (in BALTAZAR JUNIOR, José Paulo. Crimes Federais. 10ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 1088).

Outro aspecto relevante é o fato de que se trata de crime doloso, de modo que o agente tem de ter conhecimento da origem ilícita dos valores ou ter razão para desconfiar disso e não se importar com tal fato, assumindo o risco de estar participando da lavagem de produto de crime. É fundamental que o agente saiba que se trata de produto de crime. Quando há um terceiro co-autor da lavagem, nem sempre isso é evidente. Mas, tratando-se de um crime que só existe na modalidade dolosa, o conhecimento de tal situação é necessário; do contrário, não se pode considerar a conduta crime:

'2. Lavagem de dinheiro oriundo de crimes contra a Administração Pública e o Sistema Financeiro Nacional. 2.1. A condenação pelo delito de lavagem de dinheiro depende da comprovação de que o acusado tinha ciência da origem ilícita dos valores.' (STF, AP 470 EI-sextos, Rel. p/ Acórdão: Min. ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, mar/2014)

Saliente-se, por fim, que os verbos nucleares do tipo penal em questão são **ocultar ou dissimular**. A ocultação ou dissimulação, no tipo penal em questão, diz respeito à natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores. Ou seja, implica esconder o que é, de onde proveio, onde está, sua disponibilidade, mudança ou transferência de lugar, titularidade. Ou dissimular isso tudo, dando a impressão de que é outra coisa, de que tem outra fonte, de que está em outro lugar, de que não se tem a disponibilidade, de que não se moveu ou de que não se é proprietário ou titular.

Essas são as premissas fundamentais que envolvem os tipos penais em debate e que devem orientar o adequado julgamento da causa.

7. Os crimes de corrupção ativa imputados a JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO e a AGENOR FRANKLIN MAGALHÃES MEDEIROS e de corrupção passiva imputados a LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA. Nos parágrafos 111 e 112 da denúncia, o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL imputa a prática dos crimes de corrupção ativa aos réus JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO e AGENOR FRANKLIN

MAGALHÃES MEDEIROS, enquanto dirigentes da OAS, e de corrupção passiva ao réu LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA por receber vantagens indevidas, para si ou para outrem, em função do cargo de Presidente da República.

Tendo previamente contextualizado todo o esquema de corrupção instalado na petrolífera brasileira, a irrigar financeiramente os partidos políticos e seus agentes, afirma o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL que, entre outubro de 2006 e janeiro de 2012, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, em razão da sua função e como responsável pela nomeação e manutenção de Renato Duque e de Paulo Roberto Costa nas Diretorias de Serviços e Abastecimento da PETROBRÁS, solicitou, aceitou promessa e recebeu, direta e indiretamente, para si e para outrem, vantagens indevidas pagas por JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO e AGENOR FRANKLIN MAGALHÃES MEDEIROS como retribuição pela obtenção de contratos com a PETROBRÁS, sendo um relativo à obra na REPAR e dois relativos às obras na RNEST. Vê-se que se imputa a prática de crime que implicou vantagens indevidas de R\$ 87.624.971,26, usados 'não só para o enriquecimento ilícito do envolvidos, mas especialmente para alcançar governabilidade e financiar com recursos públicos desviados a permanência no poder'. Imputa, assim, 3 crimes de corrupção passiva qualificada majorada (art. 317, caput e § 1º, c/c art. 327, § 2º, do CP) em concurso material a LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA e 9 crimes de corrupção ativa a JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO e AGENOR FRANKLIN MAGALHÃES MEDEIROS, tendo em conta que as três promessas e oferecimento de vantagens envolveram não apenas LULA, mas também os então Diretores da Petrobrás Renato Duque e Paulo Roberto Costa.

Mais especificamente, o presente processo envolve as propinas pagas pelo Grupo OAS ao Partido dos Trabalhadores ou a quem o partido determinasse vinculadas à celebração de três contratos distintos: (a) execução de ISBL da carteira de gasolina UGHE HDT de instáveis da carteira de coque da Refinaria Presidente Getúlio Vargas - REPAR; (b) implantação das UHDT's e UGH's da Refinaria Abreu e Lima - RNEST; e (c) implantação das UDA's igualmente localizadas na Refinaria Abreu e Lima - RNEST.

A sentença condenou JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO e AGENOR FRANKLIN MAGALHÃES MEDEIROS por corrupção ativa com uma única imputação desse crime e LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA também por um único crime de corrupção passiva. Considerou que os valores efetivamente suportados pela OAS em favor do Partido dos Trabalhadores (conta geral de propinas) e, particularmente, de LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (triplex do Guarujá e suas benfeitorias) são percentuais decorrentes de dois contratos, relativos às obras da RNEST, assinados em uma mesma oportunidade com a Petrobrás, por isso implicando um único crime. Deixou de condenar pelas vantagens indevidas relativas ao contrato da REPAR em razão de a propina relativa a essa obra não ter sido paga diretamente pela OAS, mas por outra empresa consorciada.

Há recurso do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL para que se considere cada contrato como evidenciando crimes distintos de corrupção ativa e passiva, bem como uma corrupção ativa para cada um dos agentes corrompidos, recurso de LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA pela sua absolvição forte na negativa de autoria e recurso de AGENOR FRANKLIN MAGALHÃES MEDEIROS pela sua absolvição sob o argumento de que não teve qualquer contato com LULA.

Vejam os.

Um aspecto relevante da corrupção passiva é que, embora denominada passiva, bem pode decorrer de comportamento ativo de quem exercerá, exerce ou já exerceu cargo público. Ou seja, o agente público nem sempre é corrompido por um corruptor, mas pode, isso sim, corrompê-lo, trazendo-o para um esquema criminoso em que se sucedem condutas de ambos, envolvendo solicitação, oferecimento, promessa, pagamento e recebimento de vantagens indevidas em razão da função pública. Não restaram evidenciadas, na relação entre agentes públicos e empresas privadas relacionadas à Operação Lava Jato, vítimas nem vilões, mas a convergência de interesses espúrios. Não há como se definir de quem foi a iniciativa,

se das empresas ou do governo, tampouco importa, na medida em que estejam comprovados os pagamentos de propina e seu recebimento pelo Partido dos Trabalhadores e pelo próprio Presidente em função do cargo, que é o que basta para a incidência da norma penal.

Vale referir que, antes do caso ora sob julgamento, tivemos o **Mensalão**, em que restaram comprovadas graves práticas ilícitas já no primeiro mandato de LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA. Restou demonstrada a compra de apoio político mediante o pagamento mensal de valores aos aliados para assegurar maioria no Congresso e, conseqüentemente, a aprovação de projetos do interesse do governo. Objeto da AP 470, processada e julgada pelo Supremo Tribunal Federal, sob a relatoria do então Ministro Joaquim Barbosa, o mensalão resultou na condenação do Chefe da Casa Civil José Dirceu, com status de ministro, braço direito do então Presidente, que trabalhava dentro do Palácio do Planalto como grande articulador e executivo do governo. Também compunham o núcleo político do mensalão e foram igualmente condenados João Paulo Cunha, deputado do Partido dos Trabalhadores que era o Presidente da Câmara dos Deputados, José Genoíno, então Presidente do Partido dos Trabalhadores, Sílvio Pereira, Secretário-Geral do Partido dos Trabalhadores, e Delúbio Soares, Tesoureiro do Partido dos Trabalhadores.

Na **Operação Lava Jato**, por sua vez, por alguns denominada de **Petrolão** - de que é desdobramento a ação penal ora submetida ao tribunal em grau recursal -, passou a funcionar um cartel de empreiteiras que se cotizavam obras da Petrobrás mediante facilitação, conivência e atuação de dirigentes da companhia assegurados nos seus cargos pelo governo. Esse esquema também foi instalado no início do governo de LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, que concorreu para o seu funcionamento indicando para os cargos de Direção da Petrobrás - e mantendo neles - pessoas que pudessem cumprir o desiderato de obtenção de recursos para os partidos políticos e para seus agentes.

Já restou cabalmente comprovado em ações penais anteriores a esta, mas referentes à mesma operação, a existência de uma simbiose espúria entre os setores público e privado no seio da petrolífera. Um cartel de empreiteiras formou-se para previamente ajustar os resultados das licitações realizadas pela estatal e, assim, majorar substancialmente seus lucros em detrimento dos cofres da empresa. Para manutenção deste esquema, eram pagas, com frequência, vantagens indevidas milionárias a diretores e gerentes da PETROBRÁS, utilizando-se de mecanismos de ocultação e dissimulação de patrimônio. A continuidade das investigações revelou que os dirigentes da estatal repassavam parcela da propina aos partidos e aos agentes políticos que lhes emprestavam apoio para manutenção em seus cargos. Mudam os nomes dos diretores da PETROBRÁS (Renato Duque, Paulo Roberto Costa, Jorge Zelada, Pedro Barusco, Eduardo Musa, Nestor Cuñat Cerveró, etc.), dos agentes políticos (Luiz Argolo, André Vargas, Pedro Corrêa, Eduardo Cunha, José Dirceu, etc.) e dos operadores (Alberto Youssef, Nelma Kodama, Fernando Antônio Falcão Soares, Júlio Camargo e Milton Pascowitch), mas a estrutura e o modus operandi dessa atividade criminosa mostram-se constantes. Todas essas pessoas referidas, diga-se, já tiveram suas condenações confirmadas em segunda instância nas respectivas ações penais.

A **Operação Lava Jato**, note-se, desbaratou organização criminosa instalada durante o governo petista, mas **se dirigiu indistintamente contra tantos quantos estivessem envolvidos na malversação de recursos públicos**. Para ficarmos apenas em dados concretos, note-se que, além dos condenados vinculados ao PT, como André Luiz Vargas Ilário, José Dirceu de Oliveira e Silva e João Vaccari Neto, diversos outros pertenciam a partidos como o PMDB, o PP, o PTB. Senão vejamos: Eduardo Cosentino da Cunha, condenado a 14 anos e 06 meses de reclusão por corrupção passiva, lavagem de dinheiro e evasão de divisas na ACR 50516062320164047000, era do PMDB; Jorge Afonso Argello, condenado a 11 anos e 08 meses de reclusão por corrupção passiva e lavagem de dinheiro na ACR 50221797820164047000, era do PTB; João Cláudio Genu, condenado a 09 anos e 04 meses de reclusão por associação criminosa e corrupção passiva na ACR 50304247820164047000, era do PP; Pedro da Silva Corrêa de Oliveira Andrade Neto, condenado a 29 anos, 05 meses e 10 dias de reclusão por corrupção e lavagem de dinheiro na ACR 50231353120154047000, era do PP; João Luiz Corrêa Argolo dos Santos, condenado a 12 anos e 08 meses de reclusão por corrupção passiva e lavagem de dinheiro, era do PP, tendo passado, posteriormente ao SDD.

A denúncia da presente ação penal foi instruída com inúmeros depoimentos prestados ao longo da instrução de feitos conexos, por testemunhas e réus, dentre os quais alguns com acordo de colaboração firmados, confirmando e detalhando a existência do esquema ilícito. Cito, por exemplo: Pedro Barusco, ex-gerente da área de serviços da PETROBRÁS; Antônio Pedro Campello de Souza Dias, Otávio Marques de Azevedo, Paulo Roberto Dalmazo, Rogério Nora e Flávio Gomes Machado Filho, dirigentes da Andrade Gutierrez; Augusto Mendonça e Marcos Berti, dirigentes da SETAL; Mário Frederico de Mendonça Góes, operador financeiro; Eduardo Hermelino Leite e Dalton dos Santos Avancine, dirigentes da empreiteira Camargo Corrêa; Fernando Antônio Guimarães Hourneaux de Moura, operador financeiro; Alberto Youssef, operador financeiro; Paulo Roberto Costa, ex-Diretor de Abastecimento da PETROBRÁS; Nestor Cuñat Cerveró, Diretor da Área Internacional da PETROBRÁS; Fernando Falcão Soares, operador financeiro; e Júlio Gerin de Almeida Camargo, operador financeiro. Parte dos indivíduos acima mencionados teve seqüestradas quantias milionárias desviadas ao longo das contratações fraudulentas engendradas com a petrolífera, o que afasta por completo a tese defensiva de que se trata de uma mera tese conspiratória e fantasiosa, porquanto encontrado o objeto material do delito.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL aponta **que a montagem do esquema de corrupção e o recebimento de propina em cada contrato da RNEST e da REPAR, indicados na inicial, visaram a financiar campanhas políticas, assegurar a governabilidade e enriquecer os agentes.**

Destaco que sua argumentação encontra suporte no que já se julgou e no que se colhe de prova nesta ação. **Exemplo de financiamento de campanhas** temos na ACR 5013405-59.2016.4.04.7000, em que houve a confirmação de condenação dos publicitários João Santana e Mônica Moura, responsáveis pela campanha de Dilma Roussef de 2010, pagos pela ODEBRECHT, através de contas em empresas off-shore, com recursos provenientes de contratos com a PETROBRÁS. Já na ACR 50123310420154047000, houve a comprovação de que doações oficiais ao Partido dos Trabalhadores configuraram simulação do pagamento de propina também por obras na PETROBRÁS. Por sua vez, **exemplo de busca de governabilidade**, extrai-se do depoimento de Pedro Correa, do Partido Progressista, transcrito no item 743 da sentença, em que declara: 'nós éramos companheiros da base aliada, estávamos ajudando o governo, enfrentando o Mensalão por conta do governo, e se sabia que não era caixa 2, que era dinheiro de propina, mas nós fomos lá e fomos reclamar da invasão do PMDB na nossa diretoria, foi quando então o presidente disse 'Olha, essa diretoria é uma diretoria muito grande, tem um orçamento muito grande e Paulinho...', que ele chamava Paulo Roberto de Paulinho, 'E Paulinho tem me dito que vocês estão muito bem atendidos e que vocês não podem reclamar do que ele está fazendo, estão bem atendidos financeiramente'. Aliás, nesse ponto, repete a estratégia do Mensalão, julgado pelo STF. Por fim, **exemplo de enriquecimento dos agentes** temos nas apelações criminais em que foram confirmadas as condenações de Paulo Roberto Costa (ACR 5083376-05.2014.4.04.7000), de Renato Duque (ACR 5012331-04.2015.4.04.7000), de Cerveró (ACR 5007326-98.2015.4.04.7000) e de Pedro Barusco (ACR 5012331-04.2015.4.04.7000), com o efetivo seqüestro de dezenas de milhões de dólares e de euros das suas contas pessoais mantidas no exterior mediante ocultação ou dissimulação. Efetivamente, o ex-Diretor de Abastecimento Paulo Roberto Costa devolveu US\$ 23.000.000,00 (vinte e três milhões de dólares) por força de acordo de colaboração premiada; o ex-Diretor de Serviços Renato Duque teve EU\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de euros) apreendidos; o ex-Gerente de Serviços Pedro Barusco devolveu R\$ 157.000.000,00 (cento e cinquenta e sete milhões de reais); o ex-Diretor Internacional Zelada (sucessor de Nestor Cerveró) teve apreendidos EU\$ 11.000.000,00 (onze milhões de euros).

No caso dos autos, o provisionamento de percentuais dos contratos, pela OAS, e seu pagamento direto ou através das empresas líderes de consórcio, a título de propina, deram-se no âmbito dos três contratos descritos na denúncia, o que está devidamente comprovado mediante provas documentais e testemunhais convergentes. Encontram-se juntados aos autos, por exemplo, os documentos atinentes às obras nas refinarias REPAR (Evento 03, Comp146-156) e RNEST (Evento 03, Comp158-159/162-165), os quais foram objeto de análise por comissões internas de

apuração da própria PETROBRÁS. A análise revela o **descumprimento de normas procedimentais da estatal**, tais como a necessidade de chamamento de novas empresas ao procedimento licitatório quando este resulte infrutífero. Também é possível observar a **manutenção de um escalonamento de preços nas propostas** apresentadas pelas empresas ao longo dos sucessivos 'REBID's' (sucessivas rodadas licitatórias em que se repetia a mesma ordem de classificação entre as empresas postulantes e a manutenção quase constante entre as diferenças de valores ofertados), a indicar que, tal como reconhecido por diversos réus na operação Lava-Jato, o cartel de empreiteiras ajustava em quanto consistiriam as ofertas de cada empresa. Importa ter em conta, ainda, que as diversas rodadas decorreram da extrapolação dos limites para contratação, tendo implicado preços superiores às previsões, em nítido **superfaturamento** das obras que, lembre-se, eram bilionárias.

Não bastasse a farta **prova testemunhal e documental** acima referida, o caso concreto conta com as **confissões**, em Juízo, realizadas por JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO (evento 809) e por AGENOR FRANKLIN MAGALHÃES MEDEIROS (evento 789). Ambos, diga-se, são réus que não ostentam acordo de colaboração premiada entabulado com o Ministério Público Federal. Nenhum benefício legal lhes foi previamente outorgado quando de seu interrogatório e, ainda assim, assumiram sua responsabilidade criminal em face do magistrado e agora irão responder nos exatos termos da legislação penal brasileira.

Por fim, pontue-se que **os contratos sub judice** já serviram de objeto à Ação Penal nº 5083376-05.2014.4.04.7000, oportunidade em que a pretensão punitiva por corrupção passiva dirigiu-se ao Diretor da Petrobrás Paulo Roberto Costa, que recolhia valores para o Partido Progressista e para si. Restou comprovado o pagamento das vantagens indevidas descritas pelo MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Aliás, resta claro do item 360 da sentença o quanto, já naqueles autos, fora identificado relativamente à Diretoria de Abastecimento no que diz respeito ao contrato da RNEST: 'foi possível rastrear documentalmente repasses por empresas do Grupo OAS de R\$ 7.013.527,25 para conta da Empreiteira Rigidez, com produção de contratos e notas fiscais falsas, de R\$ 34.293.247,00 para conta da MO Consultoria, com produção de contratos e notas fiscais falsas, e de R\$ 211.162,50 para conta da RCI Software, com produção de contratos e documentos falsos, isso por doze depósitos entre 30/06/2010 a 29/05/2012, no total de R\$ 41.517.936,25'.

A autoria do crime de corrupção ativa por JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO foi por ele próprio confessada e não há recurso a respeito. Quanto a AGENOR FRANKLIN MAGALHÃES MEDEIROS, igualmente confessou o pagamento de propinas em relação às obras realizadas no âmbito da RNEST. Aliás, reconheceu, inclusive, que concordara com o pagamento de valores de liderança para que a Odebrecht fizesse o pagamento da propina atinente à REPAR. E o fato de AGENOR FRANKLIN MAGALHÃES MEDEIROS não ter atuado diretamente junto a LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA não afasta a sua autoria neste feito. Agiu para que fosse paga propina ao Partido dos Trabalhadores o que é suficiente, até porque a imputação feita na inicial, como já se frisou, extrapola em muito o episódio do triplex (no qual AGENOR FRANKLIN MAGALHÃES MEDEIROS efetivamente não teve ingerência), abarcando a conta geral de propina.

Relativamente à **autoria e à culpabilidade de LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA**, o vínculo de causalidade entre a sua conduta e os crimes praticados é inequívoco. LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA agiu pessoalmente para tanto, bancando 'quedas de braço' com o Conselho da Petrobrás, forte na condição de Presidente da República, como no caso da nomeação de Paulo Roberto Costa, em que ameaçou substituir os próprios conselheiros caso não confirmassem a indicação. São os Diretores, por LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA sustentados nos cargos, que praticaram diretamente os crimes, facilitando as contratações através, por exemplo, da realização da segunda rodada das licitações com violação às normas regimentais, convidando exatamente as mesmas empresas conluídas integrantes do cartel e parceiras na ilicitude, acertando as propinas, gerenciando seus repasses com VACCARI, Presidente do Partido dos Trabalhadores. Diga-se que VACCARI teve condenação mantida por este tribunal em ação penal na qual restou demonstrado, às escâncaras, por farta prova, o recebimento de propina em favor do Partido dos

Trabalhadores, simulada na forma de doação oficial. Ao indicar esses diretores e os manter nos cargos sabedor de que drenavam recursos da Petrobrás para os partidos, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA agiu, por ação e por omissão, para a prática criminosa. PEDRO CORREA aponta conversa em que, no contexto do apoio dado pelo PP ao governo e das alianças, conversaram sobre como Paulo Roberto Costa estaria servindo financeiramente ao partido e assegurando recursos para sua campanha (p. 171 da sentença). Esse diretor, diga-se, já condenado, foi o primeiro a revelar todo o esquema, reconhecendo-o, e a devolver recursos de que se apropriara pessoalmente. Aliás, mesmo após sua saída de LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA do cargo, quando se manteve vinculado ao partido e exercendo enorme influência política sobre o governo da sua sucessora, manteve-se sabedor de que a propina daqueles contratos, executados ao longo de diversos anos, prosseguia sendo gerada e disponibilizada ao Partido dos Trabalhadores, tanto que, em 2014, ainda restava assediado por JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO, conforme comprovam seus diversos encontros comprovados nos autos, e faz, com absoluta naturalidade, uso dessa disponibilidade, inclusive em benefício próprio, como se vê no episódio do triplex. Não é possível se falar, nem mesmo, em dolo eventual, pois o dolo é direto. Como bem apontado na p. 28 da denúncia, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA tinha o domínio da realização e da interrupção desses crimes de corrupção que envolveram a PETROBRÁS.

A teoria do domínio do fato, diga-se, não amplia o rol daqueles que podem ser responsabilizados por um crime, mas dá elementos para que se identifique quem concorre para ele. Não se situa fora do estudo da autoria, mas nele próprio, conforme muito bem pontuado por ALAOR LEITE no palestra proferida no Instituto dos Advogados do Paraná, que restou publicada em 2015, com apresentação e estudo complementar pelo Professor RENÉ ARIEL DOTTI. Nos termos do art. 29 do Código Penal brasileiro, é autor todo aquele que concorre para a prática do crime, sem distinguir entre o autor, em sentido estrito, e o partícipe. O chamado domínio do fato, lembre-se, pode se dar pelo domínio da ação criminosa, pelo domínio da vontade ou pelo domínio funcional. Descabido, isso sim, é condenar alguém pelo simples fato de ocupar uma posição hierarquicamente superior, como se fosse um garantidor universal da conduta de seus subordinados. Até porque não se pode simplesmente presumir o seu conhecimento quanto a ilícitos praticados na sua gestão, tampouco esses crimes, de que estamos cuidando, admitem modalidade culposa que pudesse se amparar em uma culpa 'in eligendo' ou mesmo na negligência de não tomar pé do que estaria ocorrendo no seu governo.

Não é o caso de, no presente caso, reconhecer-se o dolo eventual, forte em que LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA poderia ter conhecimento da prática criminosa, que não teria se importado que fosse levada a cabo e reiterada por longo tempo, porque lhe era conveniente, que, no mínimo, teria feito pouquíssimo caso dos seus deveres funcionais e do patrimônio público, dado de ombros, tratando-a como banalidade. Não é disso que se trata.

Relativamente a LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, há elementos de sobra a demonstrar que concorreu para os crimes de modo livre e consciente, que concorreu para viabilizar esses crimes e concorreu para perpetuá-los. Não se trata, simplesmente, da sua superioridade hierárquica enquanto Presidente, mas do uso que fez desse poder.

Consta dos autos que o Presidente da PETROBRÁS fora escolha direta do então Presidente, que LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA foi dos Presidentes que mais atuou diretamente nas atividades da companhia, que indicou integrantes do Conselho de Administração, assim como, pessoalmente, diretores ou bancou a sua nomeação. Assim foi, conforme a prova dos autos não apenas robusta, mas amparada em inúmeras ações já julgadas em primeira e segunda instâncias no bojo da Operação Lava Jato. Não há dúvida de que os Diretores da Petrobrás, no sentido que importa ao Direito Penal, eram seus subordinados sim. E, tendo em conta que a atividade criminosa era realizada diretamente pelos altos escalões da PETROBRÁS, o vínculo do Presidente com aqueles que atuavam na linha de frente da arrecadação dos recursos era, inclusive, bem próximo, por vezes pessoal, como demonstram as notórias fotos do ex-Presidente com Paulo Roberto Costa, por vezes através de dirigentes do Partido dos Trabalhadores, conhecidos e subordinados seus de longa data em diversas instituições. Resta claro, ainda, que o ex-Presidente indicou as pessoas

para a prática criminosa, sabia o que faziam, valia-se disso para seu partido e para si, bem como explorava isso politicamente junto à base aliada, valendo-se de poder de cooptação baseado nos recursos ilícitos que vertiam do seu governo para diversos partidos. Assim foi, conforme a prova dos autos não apenas robusta, mas amparada em inúmeras ações já julgadas em primeira e segunda instâncias no bojo da Operação Lava Jato.

As violações, não só ao patrimônio público, mas à impessoalidade, à moralidade e à eficiência foram gravíssimas. Note-se que não se está, aqui, condenando o então Presidente senão pelos crimes para os quais concorreu. Não se o está condenando por integrar organização criminosa, o que é objeto de outra ação em tramitação no Supremo Tribunal Federal, mas por crimes de corrupção concretos e específicos.

Aliás, como bem destacado na sentença (item 890), LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA acabou por ser beneficiário pessoal e direto da propina que estava à disposição do Partido dos Trabalhadores, porquanto parte dela foi utilizada no triplex. Justamente por se saber que o Partido dos Trabalhadores era credor da OAS nessa conta corrente de propinas, é que LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA foi tratando o triplex, no empreendimento assumido pela OAS, como seu e cuidando de adequá-lo às suas necessidades e da sua família, solicitando reformas, aprovando projeto de móveis sob medida etc. Vejamos esse ponto.

Entendeu, o Juiz, que a atribuição do triplex ao então Presidente, sem que lhe fosse formalmente transferido o imóvel, e as reformas e mobília realizados mais adiante contratadas pela OAS constituíram pagamento de propina mediante ocultação do seu real beneficiário.

Friso que a ausência de transferência formal do triplex ao Presidente, evidentemente, não afasta a ocorrência do crime de corrupção passiva. A corrupção se perfaz pelo **recebimento de vantagem indevida**, sem que se exija que o seu recebimento seja formalizado e válido do ponto de vista documental. Explica-se. A configuração do crime de corrupção em tela prescinde da comprovação de que a propriedade do triplex tenha sido legalmente atribuída a LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, ou seja, **desnecessário o registro de título translativo no Registro de Imóveis** em nome do réu. Isso, aliás, soaria, no mínimo, pueril. Mesmo que se diga que, sem a transcrição no registro imobiliário, propriedade não é, tampouco importa. Ser beneficiado com a atribuição de um imóvel para seu uso e de sua família constitui vantagem indevida, independentemente da existência formal de tal ou qual prerrogativa de disposição jurídica. **A questão é se o imóvel estava à disposição do Presidente ou de alguém indicado por ele ou não, se exercia ou não, de fato, prerrogativas relativas ao imóvel, se a reforma e a colocação de móveis ocorreu ou não em seu benefício como vantagens indevidas recebidas em função do cargo que ocupou.** Note-se, ainda, que é imputado o recebimento de propina mediante a prática do crime de lavagem de dinheiro, o que pressupõe mecanismos de ocultação e dissimulação, sendo que assumir a titularidade 'de fato' de bens mantidos em nome de terceiros é método corriqueiro desta espécie delitiva.

Também destaco que o **caráter indevido da vantagem e a caracterização da corrupção**, no episódio do triplex, **independe de que se rastreie o trânsito de valores** das contas da PETROBRÁS, através da OAS, para as empresas que realizaram a reforma ou forneceram os móveis sob medida. O **dinheiro é o bem fungível por excelência**, por natureza. Importa é que a OAS, beneficiária do esquema de corrupção que levava à obtenção preferencial de contratos com a PETROBRÁS, tenha suportado, com recursos próprios, pagamentos em favor do Partido dos Trabalhadores ou à sua ordem, dentre os quais, vantagens ao ex-Presidente. A alegação de que rastrear o caminho do dinheiro é essencial à prova da lavagem, por sua vez, no caso, é uma petição de princípio. **A lavagem de dinheiro, neste caso, não é propriamente de dinheiro, mas da vantagem indevida consistente no próprio triplex e nas suas benfeitorias, o que se fez de modo simplório, numa única fase, mantendo-se-o em nome da OAS, que também contratou a reforma e os móveis. Não houve circulação, transferência, mas, justamente, imobilidade, omissão, e nisso consistiu a ocultação do produto do crime de corrupção.**

A instrução da ação penal traz elementos suficientes para que se chegue à mesma convicção que o magistrado de primeiro grau quanto aos crimes que tiveram o triplex como objeto.

Os primeiros **documentos relevantes** para desenlace do feito foram localizados em 24/02/2016 na residência do ex-Presidente LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, em diligência de busca e apreensão devidamente precedida de autorização judicial (IPL 5006597-38.2016.4.04.7000).

Constam do Evento 03, Comp192, pg. 02-26, dois 'termos de adesão e compromisso de participação', praticamente idênticos, relativos à aquisição de direitos sobre unidade residencial identificada como apartamento 141 (transformado posteriormente em 131 pela OAS EMPREENDIMENTOS) em empreendimento conduzido pela BANCOOP. Ambos os documentos estão em nome da falecida ex-Primeira Dama Marisa Letícia Lula da Silva e foram por ela assinados em conjunto com representantes da BANCOOP na data de 01/04/2005. Consta que o preço estimado para aquisição seria de R\$195.000,00 (cento e noventa e cinco mil reais) a ser pago mediante entrada de R\$20.000,00, com data de vencimento em 02/05/2005, e mais 70 prestações mensais de R\$2.000,00 com data de vencimento inicial em 15/06/2005. Anoto que o contrato previa alguns pagamentos pontuais em valores superiores para que fosse alcançado o preço final da compra e venda.

Afirmo que tais documentos são 'praticamente' idênticos, pois há uma diferença relevante entre ambos. No primeiro, a referência ao objeto contratual aponta uma unidade no 'Residencial Mar do Caribe', localizado na cidade de São Paulo, enquanto o segundo diz respeito ao 'Residencial Mar Cantábrico', localizado no Guarujá.

Quanto a tal divergência, tenho que a conclusão do Juízo a quo é irretorquível, razão pela qual me limito a transcrevê-la: 'Nem a acusação, nem as Defesas, explicaram o motivo do primeiro contrato, referente ao Residencial Mar do Caribe. Talvez aqui tenha havido mero erro de preenchimento, pois o Residencial Mar do Caribe ficaria em Tatuapé/SP e não no Guarujá, como se verifica na fl. 12 do arquivo comp192, evento 3'. Em adendo ao colocado pelo magistrado, refiro que ambos os contratos apontam que a unidade em negociação situa-se no 'Edifício Navia', o que conforma mais um elemento indicativo de que houve mero erro material e o empreendimento em questão dizia respeito exclusivamente àquele situado na praia das Astúrias, no Município de Guarujá/SP.

Os documentos referem, nas suas cláusulas 3ª e 9ª, que o associado se comprometia com a BANCOOP a participar do empreendimento com o objetivo de adquirir a unidade habitacional identificada no quadro resumo e ainda: 'A escolha da unidade habitacional se deu por livre manifestação e opção do ASSOCIADO'. A transcrição acima é relevante para afastar desde logo qualquer dúvida acerca da individualização da unidade eleita pela adquirente, notadamente aquela sob o número 141 (posteriormente convertida em 131-A do Condomínio Solaris). As alegações defensivas de que se tratava de uma 'quota parte' no empreendimento e que tal circunstância asseguraria o direito de futuramente optar por qualquer unidade existente no edifício não se sustentam.

Por sua vez, no Evento 03, Comp192, pg. 27-39, consta um terceiro 'termo de adesão e compromisso de participação', igualmente apreendido na residência do ex-Presidente da República. Diferentemente dos demais documentos, tal pacto está integralmente 'em branco' (sequer apontando valores da negociação), é apócrifo e sem indicação de quem seria o 'associado' adquirente do imóvel. Não obstante, no campo 'Empreendimento', é feita referência ao apartamento duplex 174 do Edifício Navia (posteriormente transformado em unidade triplex e, quando repassado à OAS EMPREENDIMENTOS, rebatizado como 164-A do Condomínio Solaris). Dado relevante a ser observado é que apresenta data de 01 de janeiro de 2004, ou seja, é aproximadamente 01 ano e 03 meses anterior aos contratos efetivamente firmados pela Sra. Marisa Letícia. O encontro deste rascunho evidencia, ao menos, que o triplex já era cogitado antes mesmo de formalizarem sua adesão ao empreendimento. Efetivamente, permite inferir que desde o primeiro contato da Sra. Marisa Letícia com o empreendimento tinha interesse na cobertura duplex que viria a se transformar no triplex 164-A quando da assunção do empreendimento pela OAS. A inferência ora realizada é reforçada pela prova a seguir apresentada.

Acresça-se, ainda, que, no Evento 03, comp192, fl. 40, consta outro documento relevante. Também restou apreendido no curso da diligência executada na residência do casal LULA DA SILVA um documento denominado 'Proposta de adesão sujeita à aprovação nº 3.907', o qual conforma cópia em carbono da via original. Trata-se de instrumento em que são reproduzidos todos os dados atinentes à aquisição da unidade 141 (131-A do Edifício Solaris), incluindo preço e forma de pagamento, e que foi firmado pela Sra. Marisa Leticia em 12/04/2005. Muito embora todos os dados relacionados à contratação sejam congruentes com aqueles descritos para o apartamento 141 (131-A do Edifício Solaris), há duas importantes referências a serem feitas.

Em primeiro lugar, no campo 'APTO/CASA' consta uma rasura significativa sob o número 141. Já na lateral do documento há uma palavra escrita sob outra rasura, cujo teor 'triplex' pode ser facilmente lido.

Pois bem, paralelamente à diligência realizada na residência do ex-Presidente da República, o Juízo a quo autorizou, em 21/01/2016, procedimento de busca e apreensão na sede da BANCOOP (procedimento 5061744-83.2015.4.04.7000, evento 09), onde se encontrou a via original da 'Proposta de adesão sujeita à aprovação nº 3.907', com as mesmas rasuras já relatadas.

Munida da via original e das cópias da 'proposta de adesão sujeita à aprovação nº 3.907', a polícia federal elaborou o Laudo Pericial nº 1576/2016 (Evento 03, comp196), cuja conclusão foi no sentido de que, no campo APTO/CASA, abaixo do número 141, 'a inscrição original era 174' (Fig. 8 e 9) Tais conclusões foram confrontadas, a pedido da Defesa, por meio de laudo pericial complementar produzido pela Polícia Federal (evento 474), bem como por parecer de assistente técnico nomeado pelo acusado (evento 481). A afirmação de que a numeração original na proposta de adesão era 174 e foi coberta pelo algarismo 141 é uníssona. Do mesmo modo, não há divergência entre os profissionais quanto ao fato de que a palavra rasurada à direita de quem vê o documento efetivamente era 'triplex'. Por fim, os peritos concluem que tais rasuras foram realizadas quando original e vias de carbono ainda estavam reunidas, o que afasta a possibilidade de adulteração da prova, uma vez que os documentos foram encontrados em locais e datas diferentes (residência do ex-Presidente e sede da BANCOOP).

A apreensão dos documentos em questão, aliada às conclusões do laudo pericial, demonstra que, quando da celebração da proposta de adesão, houve alteração entre a unidade triplex e a unidade tipo 141 (131-A do Condomínio Solaris).

As obras foram paralisadas já no ano de 2006 em decorrência de dificuldades financeiras enfrentadas pela BANCOOP. Mas, dentre as medidas para sanar a situação tornando o empreendimento mais atrativo, realizadas pela cooperativa ao longo do ano de 2007, foram reforço de caixa mediante novos aportes financeiros autorizados pela seccional, a constituição de um Conselho Fiscal e melhorias nas unidades triplex, '*possibilitando uma visão com a dimensão e abrangência próprias de uma cobertura*'. Chama a atenção a coincidência entre as oscilações do objeto contratual celebrado pela Sra. Marisa Leticia (ora fazendo referência à unidade 141, ora à unidade 174) e o fato de a medida eleita para agregar valor ao empreendimento ter sido justamente a adequação das coberturas (dentre as quais encontrava-se a unidade 174). E lembre-se que, à época, era Presidente da BANCOOP João Vaccari Neto, que sempre manteve estreita relação com LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, como o próprio réu esclarece: '*Juiz Federal:- Qual a sua relação com o senhor João Vaccari Neto? Luiz Inácio Lula da Silva:- O João Vaccari foi presidente da CUT, o Vaccari foi dirigente da executiva nacional do PT, depois o Vaccari ficou tesoureiro do PT. Então eu conheço o Vaccari, antes o Vaccari era presidente do sindicato dos bancários*'.

Aliás, destaca-se, porque é fato sabido, noticiado e acessível a todos, que, em 2010, foi promovida, na Justiça Estadual paulista, ação penal relativa ao que então restou conhecido como Caso BANCOOP. Nessa ação foi buscada a responsabilização dos réus por desvios de aproximadamente 70 milhões de reais e prejuízo de cerca de 100 milhões de reais a cooperados que não receberam suas unidades. Veja-se que o empreendimento restou financeiramente inviabilizado, o que gerou danos para muitas pessoas, tendo de ser repassado para a OAS, com aportes

suplementares dos titulares das unidades. E foi justamente nesse contexto que se contemplou a família do Presidente, que havia aderido a um apartamento tipo de apenas 80 metros quadrados, um apartamento triplex de 240 metros quadrados sem qualquer aporte das significativas diferenças devidas, deixando fora do mercado um bem que poderia render valores expressivos para minimizar as dificuldades de caixa do empreendimento. A ação foi julgada improcedente por falta de prova da autoria, ocorrendo impunidade no caso por deficiência na demonstração da culpa, mas isso não apaga o fato que efetivamente ocorreu e foi danoso.

Diante do insucesso das medidas adotadas para estabilizar as finanças da seccional da BANCOOP, o empreendimento foi transferido, em 2009, para a OAS EMPREENDIMENTOS. Ao longo de toda a instrução, acusação e defesa afirmaram que a Sra. Marisa Leticia, ao menos até o ano de 2014, não havia realizado opção por qualquer das alternativas que lhe assistiam: (a) pugnar pela restituição dos valores; ou (b) aderir ao negócio agora conduzido pela OAS EMPREENDIMENTOS e, assim, iniciar os pagamentos atinentes à diferença de valor necessário para conclusão das unidades.

Nos autos do IPL 50034969020164047000, constam documentos apreendidos pela Polícia Federal na sede da BANCOOP (evento 33, ap-inqpol13 e ap-inqpol14). O primeiro deles consiste em um '*Termo de declaração, compromisso e requerimento de demissão do quadro de sócios da seccional Mar Cantábrico da BANCOOP*' firmado pela Sra. Marisa Leticia. Há duas versões deste mesmo documento, ambas datadas para o ano de 2009, porém sem especificação do dia e do mês. Os dois documentos indicam o exercício da opção pela restituição de valores, sendo que uma delas conta com planilha de atualização das parcelas recolhidas pela falecida ré ao longo de sua participação na cooperativa. Os valores indicados em cada um dos documentos oscila entre R\$ 179.650,80 e R\$ 209.119,73. Tais diferenças, aparentemente, dizem respeito a critérios distintos de correção monetária e possível cômputo de multas contratuais. Logo a seguir, consta um terceiro '*Termo de declaração, compromisso e requerimento de demissão do quadro de sócios da BANCOOP*', igualmente firmado pela Sra. Marisa Leticia Lula da Silva, porém datado de 02/12/2013. Em tal documento consta o acatamento da demissão pela BANCOOP na data de 26/11/2015. Os documentos relacionados à demissão da Sra. Marisa Leticia do âmbito da cooperativa BANCOOP, como se vê, apresentam três datas distintas, notadamente 2009, 2013 e, finalmente, sua aceitação pela cooperativa em 26/11/2015, oportunidade em que a BANCOOP sequer detinha qualquer direito ou dever sobre o empreendimento que já tocava integralmente à OAS EMPREENDIMENTOS.

Na ação cível que Marisa Leticia Lula da Silva ajuizou (Evento 95, out12, pg. 04), afirma que não manifestou posição sobre o tema à época, mas que entendia ter mantido o direito de solicitar a qualquer tempo o resgate do investimento que realizou e, que, em 26 de novembro de 2015, não se interessando mais pelo empreendimento, solicitou a restituição do valor ao assinar o '*Termo de Declaração e Requerimento de Demissão do Quadro de Sócios da Seccional Mar Cantábrico (Termo de Demissão)*'. E, esclarece, na petição, a confusão das datas: 'Neste ponto pede-se vênia para abrir um parêntese a fim de esclarecer que, como foi utilizado um formulário padrão, criado na ocasião em que os associados foram chamados a optar entre requerer a cota ou aderir ao contrato com a OAS (setembro e outubro de 2009), ao final do documento consta o ano de 2009'. Esta conclusão é reforçada pela análise das declarações de rendimento apresentadas à Receita Federal pelo ex-Presidente LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA em conjunto com a Sra. Marisa Leticia ao longo dos anos-calendário de 2009 e 2015 (Evento 03, comp227). As DRPF revelam o reconhecimento da titularidade de direito sobre a unidade habitacional nº 141, Edifício Navia, Residencial Mar Cantábrico, no valor de R\$179.298,96 até o ano-calendário de 2014. Já quanto ao ano-calendário de 2015, consta ter havido a desistência do direito e requerimento de devolução dos valores pagos junto à BANCOOP, mas sem a obtenção da efetiva restituição. Sinalo que as informações em questão foram obtidas mediante quebra do sigilo fiscal dos investigados, medida esta devidamente autorizada pelo Juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba.

Em síntese, as datas apostas nos documentos não representam efetivamente o momento da assinatura dos 'termos de demissão', porquanto se tratam de antigos formulários padronizados obtidos pela então acusada junto à própria BANCOOP, sendo que o pedido de restituição de valores somente veio a ser oficializado em 26/11/2015, aproximadamente 06 anos após o encerramento do prazo para tal finalidade.

Visto o acervo probatório no que tange à aquisição formal concretizada pela falecida Marisa Letícia junto à BANCOOP, passo às provas relacionadas à caracterização das vantagens indevidas.

Ao longo da instrução, os réus JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO e AGENOR FRANKLIN MAGALHÃES MEDEIROS, já condenados em outra ação criminal julgada em primeira e segunda instâncias na ACR 5083376-05.2014.4.04.7000, decidiram colaborar com a Justiça e revelar seu conhecimento acerca dos crimes descritos pelo Ministério Público Federal. Especificamente no que toca ao apartamento 164-A do Condomínio Solaris, o depoimento mais relevante é o de JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO, porquanto confessou ser o agente responsável por toda a negociação espúria.

Como bem referiu o julgador de origem, os depoimentos em questão devem ser tomados *cum grano salis*, porquanto se tratam de acusados já condenados a pesadas penas pelos sucessivos e vultosos crimes praticados contra a Administração Pública nacional. Não obstante, os mesmos foram advertidos pelo Juízo de origem acerca das consequências de eventualmente realizarem denúncias caluniosas, bem como do fato de que não gozam de qualquer benefício assegurado, haja vista inexistir acordo de colaboração premiada que lhes dê abrigo. Ademais, assim como em toda e qualquer prova de índole testemunhal, suas palavras devem ser cotejadas com as provas documentais existentes nos autos para que seu grau de confiabilidade seja determinado.

Em seu depoimento (Evento 809), JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO afirma que participou da negociação, em 2009, da assunção dos empreendimentos da BANCOOP pela OAS. Na oportunidade, João Vaccari lhe colocou a situação de quase insolvência da BANCOOP, noticiando que 'não estavam conseguindo dar andamento a empreendimentos, alguns estavam paralisados, já tinham começado, e outros não tinham sido ainda encerrados'. O depoente revela que, embora tenha manifestado, inicialmente, interesse geral nos empreendimentos, teve postura diversa quando lhe foram mostrados os prédios do Guarujá, no litoral, porquanto a estratégia da empresa era estender sua atuação em grandes capitais como Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília e Porto Alegre. Mas, então, Vaccari teria ponderado: 'Olha, aqui temos uma coisa diferente, existe um empreendimento que pertence à família do presidente Lula, diante do seu relacionamento com o presidente, o relacionamento da empresa, eu acho que, nós estamos lhe convidando para participar disso por conta de todo esse relacionamento e do grau de confiança que nós depositamos na sua empresa e na sua pessoa'. A isso, teria respondido: 'Olha, se tratando de uma coisa dessa monta eu vou...!'

JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO também revelou que, após a conversa com Vaccari, procurou *Paulo Okamoto para saber da sua opinião* e Okamoto teria dito: 'nós temos conhecimento disso e isso tem um significado muito grande, primeiro o Bancoop é um sindicato que tem muita ligação conosco, com o partido e, segundo, porque tem um apartamento do presidente, e eu acho que você é uma pessoa indicada para fazer isso pela confiança que nós temos em vocês'. Então, JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO disse 'Então pode, tá bom', 'Pode fazer', 'Tá bom'. Também revela que, em 2010, houve a reportagem do jornal O Globo sobre esse empreendimento, dizendo que o triplex pertenceria ao então Presidente LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, o que lhe deixou preocupado. E declarou:

'... tornei a procurar o Paulo Okamoto, eu estive com João Vaccari e depois procurei o Paulo Okamoto, dizendo como é que nós devíamos proceder já que o triplex estava em nosso nome e a aquisição por parte da família do presidente era de cotas e não tinha havido a adesão para que o empreendimento, eu tinha uma autorização inclusive pra vender o que estava reservado anteriormente, que era um apartamento tipo, a informação, a orientação que foi me passada naquela época foi de que 'Toque o assunto do mesmo jeito que você vinha conduzindo, o apartamento não pode ser comercializado, o apartamento continua

em nome da OAS e depois a gente vê como é que nós vamos fazer para fazer a transferência ou o que for', e assim foi feito. Isso, voltamos a tratar do assunto em 2013, se não me falha a memória.'

JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO ainda acrescentou que João Vaccari e Paulo Okamoto o autorizaram a negociar o apartamento tipo que adquirido por Marisa Letícia, 'porque o apartamento da família seria o triplex'.

O relato feito por JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO encontra amparo em todo o acervo probatório acima mencionado. Teria sido frisado a ele: 'O apartamento triplex, essa unidade é uma unidade específica, você não faça nenhuma comercialização sobre ela, pertence à família do presidente, a unidade tipo você pode vender porque eles não vão ficar com essa unidade, a unidade seria o triplex'. Ademais, em 2010, foi orientado a não mexer no assunto da titularidade do triplex, porque havia campanha presidencial, que depois veriam a forma como seria feito. E declara que, efetivamente, o triplex 'Nunca foi colocado à venda pela OAS', pois, desde 2009, tinha 'orientação para não colocar à venda, que pertenceria à família do presidente'.

Aqui, importante referir a existência de **prova documental** no sentido de que tal unidade jamais foi colocada a venda, seja no período em que esteve sob o controle da BANCOOP, seja a partir da transmissão do empreendimento à OAS em 27/10/2009, seja quando da conclusão das obras e individualização das matrículas em 24/07/2013. A polícia federal, em procedimento de busca e apreensão realizado junto a sede da BANCOOP, apreendeu **computadores** e, a partir dos **dados eletrônicos** neles coletados, elaborou o **Laud** 268/2016 (procedimento 5061744-83.2015.4.04.7000, evento 214, anexo02). O Ministério Público Federal instruiu a denúncia com elemento resultante de tal prova, notadamente planilha da BANCOOP (evento 03, comp197) em que a unidade 141 do edifício Navia resta vinculada a Sra. Marisa Letícia, enquanto a unidade 174 do mesmo empreendimento figura como 'vaga reservada'.

Paralelamente às diligências realizadas na sede da BANCOOP, a autoridade policial, devidamente autorizada pelo magistrado da 13ª Vara Federal de Curitiba, conduziu **busca e apreensão** na sede da OAS EMPREENDIMENTOS. Em tal oportunidade restou apreendida **tabela de vendas dos apartamentos** do condomínio Solaris datada de fevereiro de 2012. O apartamento 141 nela figura na condição de 'livre', enquanto o apartamento 164 consta como indisponível para venda (evento 03, comp231). Igualmente, **outros documentos** apreendidos na sede da OAS EMPREENDIMENTOS listam os proprietários dos apartamentos do Condomínio Solaris, porém sempre ocultam quem seria o titular da unidade 164-A (evento 03, comp224 e comp232).

A congruência entre as declarações de JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO e o mundo dos fatos prossegue sendo documentalmente comprovada. A **matrícula nº 104.790 do Registro de Imóveis do Guarujá/SP** (evento 03, comp229) retrata a cadeia dominial envolvendo o apartamento 131-A do Condomínio Solaris, ou seja, aquele que havia sido verdadeiramente adquirido pela Sra. Marisa Letícia segundo os contratos encartados nos autos. Consta que, em 05/08/2014, foi realizada a venda do apartamento para terceiro pelo valor de R\$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais).

Conclui-se que a reserva da cobertura triplex foi mantida, tal qual solicitado por João Vaccari Neto, bem como que o apartamento originariamente objeto da negociação foi vendido sem qualquer espécie de manifestação formal do casal LULA DA SILVA, novamente em estrita congruência com o que foi relatado pelo ex-Presidente do grupo OAS.

Em suma, resta claro que o triplex, e não o apartamento tipo, era considerado como de propriedade do casal LULA DA SILVA.

Em 2013, encontrou o ex-Presidente no Instituto Lula: 'eu procurei o presidente, acredito que em novembro ou dezembro de 2013, expus a ele o estágio que já estava o prédio lá de Guarujá, já estava num estágio muito avançado, e queria saber dele como que nós deveríamos

proceder, se havia alguma pretensão da família em fazer alguma modificação, como proceder na questão da titularidade e tal, o presidente disse 'Olhe, eu vou ver com a família e lhe retorno'.

Mais uma vez é de se cotejar as afirmações com as provas documentais existentes nos autos. No bojo do evento 724, anexos 31-45, constam e-mails trocados por funcionários do INSTITUTO LULA, os quais foram interceptados ao longo da investigação, contendo a agenda do ex-Presidente da República para diversas datas distintas. Apenas a partir dos dados ali existentes, é possível verificar que JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO teve contato com o réu ao menos nas datas de 03/09/2013, 03/10/2013, 07/11/2013, 31/03/2014, 03/06/2014, 25/07/2014, 13/10/2014, 10/11/2014. O próprio ex-Presidente da República LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA atestou, ao longo de sua oitiva, a autenticidade das informações constantes em tais e-mails. Mais uma vez, portanto, o relato de JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO conta com prova de corroboração.

No âmbito do interrogatório de JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO também é trabalhado o tema relacionado às reformas realizadas no triplex (unidade 164-A do Condomínio Solaris). Revela que, *em janeiro de 2014, o presidente o chamou ao Instituto Lula e lhe disse que gostaria de ir com a esposa visitar o apartamento, o que foi feito. Na visita, ocorrida em janeiro ou fevereiro, estavam presentes 'o presidente, a dona Marisa, estava eu, estava... quem tinha recém assumido a presidência da OAS Empreendimentos, Fábio Yonamine, tinha o diretor regional da OAS Empreendimentos, o Roberto, tinha um gerente também da área imobiliária, o Igor'*. Na visita, o ex-Presidente teria dito: 'Olhe, vai ser necessário mais um quarto aqui no primeiro andar'. E deveriam ser feitas algumas modificações também na cozinha, bem como ficou definido que a escada helicoidal também deveria ser substituída por outra e que, posteriormente, inclusive, colocaram um elevador. E ainda acrescentou que outras modificações foram feitas para dar mais privacidade à cobertura: deslocada a posição da piscina, feito um novo deck, foram modificados os acessos 'porque eles me falaram por causa dos netos, tinha um problema de um (inaudível) de vidro que realmente era perigoso, tinha que, foi pedido uma churrasqueira, uma sauna, que depois acho que acabou virando um depósito, bom, uma série de modificações'. JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO esclareceu que 'era um projeto personalizado, nenhum outro triplex, eram 8 nos dois prédios, 4 em cada um, teria aquelas especificações, nem aquele espaço que foi criado, um quarto a mais, mudanças e tudo, então não serviria para servir de modelo para nenhum outro, ele era diferente dos outros'.

JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO esclarece as reformas do triplex e do sítio de Atibaia estavam sendo tocadas simultaneamente. E afirma que, em reunião na residência do ex-Presidente, em São Bernardo do Campo, num sábado, com a presença, além dele e do -ex-Presidente, também de Paulo Gordilho e de Marisa Letícia, discutiram 'alguns detalhes que faltavam do triplex e os detalhes do sítio, nessa data ficou acordado que tudo aquilo que estava sendo pedido, estava atendido, que nós podíamos prosseguir no triplex com todas as reformas que tinham sido acordadas, que tinham sido solicitadas por eles, e assim foi feito'.

Já em julho ou agosto de 2014, foi feita nova visita ao triplex. JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO relata que o Presidente lhe disse que não iria pessoalmente porque estava muito próximo da campanha e isso seria explorado, mas que iria seu filho e sua esposa. E prossegue: 'visitamos, estava tudo ok, eles aprovaram tudo que estava... Já estava numa fase bem adiantada a reforma, eles falaram 'Está tudo ok', então dona Marisa me fez um pedido, disse 'Olhe, nós gostaríamos de passar as festas de final de ano aqui no apartamento, teria condições de estar pronto?', eu digo 'Olhe, pode ficar certa que antes disso nós vamos entregar tudo pronto'...'

A palavra de JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO deve ser escrutinada a partir de todos os demais elementos probatórios existentes nos autos com absoluto cuidado. Pertinente é colacionarmos as manifestações dos inúmeros envolvidos na realização do projeto e obras solicitadas para o apartamento 164-A do Condomínio Solaris.

PAULO GORDILHO, que cuidou da área de Qualidade, Segurança e Meio Ambiente, bem como Engenharia e Técnica, dos empreendimentos da OAS até 2013, asseverou acerca do tema (evento 816) que *'até final de 2013 se sabia que tinha esse apartamento reservado ao ex-presidente Lula, mas nós não fizemos nenhuma customização em nenhum prédio do Solaris até 2013'*, reforçando, quanto ao conhecimento, na OAS Empreendimentos, de que o triplex estava reservado ao Presidente: **'Isso todo mundo sabia na OAS'**. Destacou que, em 2011, numa reunião de em que estava presente toda a diretoria da OAS Empreendimentos e a diretoria da construtora, inclusive o diretor FÁBIO YONAMINE, foi mostrado qual era o apartamento do ex-presidente.

Aqui, cabe referir a existência de robustas provas de corroboração. Isso porque, em 10/11/2014, foi decretada a prisão preventiva de diversos executivos das empreiteiras envolvidas no cartel que sistematicamente fraudava licitações da PETROBRÁS. Dentre os indivíduos encarcerados encontrava-se o Presidente do grupo OAS, JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO, cujas relações acabaram ensejando a deflagração de procedimento de **busca e apreensão**, judicialmente autorizado, em desfavor de PAULO ROBERTO VALENTE GORDILHO, Diretor de Engenharia e Técnica da OAS EMPREENDIMENTOS. Foi assim que restaram **apreendidos os celulares** de ambos os dirigentes da OAS cujo conteúdo foi acessado pela autoridade policial após a devida autorização do Juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba. Como resultado, foi produzido **Relatório de Análise da Polícia Judiciária** envolvendo as **mensagens trocadas** a partir dos terminais telefônicos (evento 03, comp178). PAULO GORDILHO e JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO trocaram mensagens. No dia 12/04/2014, PAULO disse que o projeto da cozinha do chefe estava pronto e que era possível marcar com a Madame, informando ainda que o de Guarujá também estava pronto, sendo que marcariam para o dia 13 às 19h. No dia seguinte, 13, JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO escreveu que Fábio havia ligado desmarcando, e que seria na segunda, às 14h. Segundo os próprios interlocutores, ouvidos em Juízo, 'madame' diz respeito à Sra. Marisa Leticia, enquanto Fábio é o filho do ex-Presidente LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA. Como se vê, o projeto de reforma da cozinha da unidade 164-A do Condomínio Solaris foi devidamente submetido à aprovação do casal LULA DA SILVA para que pudesse ter início.

No celular de JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO ainda foi encontrada a seguinte mensagem trocada com homem não identificado, mas que, segundo PAULO GORDILHO, possivelmente se tratava de ROBERTO MOREIRA, diretor da OAS EMPREENDIMENTOS e responsável pelo projeto de reforma do apartamento 164-A do Condomínio Solaris. No dia 26/04/2014, há mensagem dizendo que 'Fernando Bittar aprovou junto a Dama os projetos tanto de Guarujá como do sítio. Só a cozinha kitchens completa pediram 149 mil ainda sem negociação. Posso começar na semana que vem. É isto mesmo?' E JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO assentiu.

PAULO GORDILHO explicou, em depoimento, as circunstância da troca de tais mensagens: 'Então, isso aí, doutor, eu tive essas mensagens e na mensagem em que o doutor Léo pergunta 'E Guarujá está pronto', eu estava na sala porque lá na OAS Empreendimentos, diferentemente da OAS Construtora, os diretores ficavam numa sala só, então na hora que ele me perguntou sobre o Guarujá, se estava pronto, o Roberto ficava como aqui a ele ali, aí eu perguntei 'Roberto, o Guarujá está pronto?', ele disse 'Está', aí eu cheguei e respondi para o doutor Léo 'O Guarujá também está pronto', porque eu não cuidava do Guarujá, desse projeto, essas coisas, eu não cuidava do Guarujá, eu fui levado lá muito, assim, por alguma proximidade que eu tinha, Roberto tinha 1 ano de empresa e eu estive muitos anos na empresa, então eu conhecia Léo, então ele sempre me arrastava para uns negócios desses que precisava dar opinião técnica'. E confirmou que se referiam ao projeto relativo à unidade do ex-presidente no Solaris, em Guarujá. PAULO GORDILHO também afirmou que, na segunda-feira posterior à visita de fevereiro ao imóvel, na reunião da OAS Empreendimentos 'o pessoal que foi aí veio com a notícia de que tinha que customizar, uma mudança numa parede ou duas paredes dentro do edifício, dentro do apartamento, e botar um piso, quando a dona Marisa foi ao apartamento ela já foi ver com esse piso colocado', sendo que a colocação do elevador foi no decorrer do caminho. Informou que Roberto Moreira é quem cuidou do projeto de customização. Também

esclarece que JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO queria passar ao ex-presidente e à ex-primeira dama os projetos, o de Atibaia 'e um caderninho do projeto de customização do Guarujá' e, então, foram até São Bernardo do Campo e mostraram ao ex-presidente. Também disse que, nessas conversas, em nenhum momento foi falado sobre o preço do apartamento ou das reformas e que nenhuma vez o o ex-presidente ou a ex-primeira dama perguntaram qual o custo dessas reformas.

Como se vê, o depoimento de JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO até o presente momento resta integralmente **corroborado por robusta prova documental**, bem como pelo relato de PAULO GORDILHO. Este último, como visto, agregou outros personagens à história informando, por exemplo, que FÁBIO YONAMINE sabia que o apartamento havia sido reservado ao ex-Presidente e sua esposa, assim como que ROBERTO MOREIRA foi o responsável pela realização dos projetos. Nesse ponto, importante destacar que JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO afirmou que ele próprio cuidou do assunto do triplex e que a empresa OAS Empreendimentos só executou o que foi por ele deliberado. Perguntado a ele se os demais executivos da empresa tinham ciência de que os valores não seriam pagos ou que seria abatido do caixa geral que a OAS tinha com o partido dos trabalhadores, respondeu que não, que não estavam envolvidos com isso, que apenas sabiam que não seriam prejudicados, que seria um custo da construtora. Afirmou que a praxe era não ficar com unidades depois de entregue o empreendimento e que explicava que seria encontrada uma forma de transferência para alguém que o presidente determinasse ou para a sua família mesmo. Esclareceu ainda que evitou tratar do assunto do abatimento do preço acertado com João Vaccari dentro da OAS Empreendimentos, mas que, na construtora, 'quando fomos autorizados a fazer o encontro de contas eu tive que informar a cada diretor superintendente que não fizesse pagamentos na conta da propina do PT, porque isso seria um encontro de contas feito e que não era para fazer o pagamento, não entrei em detalhes com eles que os pagamentos não foram feitos, eu falava em torno de um entendimento do Bancoop como um todo'.

Importantes, ainda, são os **esclarecimentos prestados pelos demais diretores** da OAS EMPREENDIMENTOS referidos ao longo dos interrogatórios acima transcritos.

FÁBIO HORI YONAMINE, então Presidente da OAS EMPREENDIMENTOS, afirmou que lhe foi pedido por JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO, pessoalmente, que fizesse uma reforma, uma decoração do apartamento triplex do Edifício Solaris, para o presidente, isso em fevereiro de 2014. O réu prosseguiu afirmando que o pedido de reforma do apartamento veio logo após JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO requerer que fosse organizada uma visita ao imóvel para apresentá-lo ao ex-Presidente da República LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA e sua esposa a Sra. Marisa Letícia. Aliás, a própria visita do ex-presidente e da ex-primeira dama ao imóvel foi organizada por FÁBIO HORI YONAMINE. Confirma que estiveram presentes, na visita, ele próprio, JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO, ROBERTO MOREIRA, que era o diretor de incorporação de São Paulo, responsável pelo projeto, a equipe dele, bem como Igor Pontes e o pessoal que cuidava do projeto, além do casal. Confirma que JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO conduziu a visita e que ele, FÁBIO HORI YONAMINE, ficou na retaguarda para qualquer eventualidade.

Mais uma vez a versão é uníssona com o que foi declarado por JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO e PAULO GORDILHO e com as provas documentais produzidas nos autos e trabalhadas nos parágrafos acima.

O último réu diretamente envolvido na questão das reformas foi ROBERTO MOREIRA que, em seu depoimento, confirmou que acompanhou as duas visitas ao triplex e que foi responsável pela reforma e colocação de armários e eletrodomésticos na unidade, a pedido do seu chefe, FÁBIO YONAMINE. Estava presente à visita ao triplex, juntamente com Igor, quando chegaram o ex-presidente, dona Marisa, JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO E FÁBIO YONAMINE. Algumas semanas depois, ROBERTO MOREIRA diz ter sido chamado por FÁBIO YONAMINE, que lhe solicitou as adequações, que fizesse um projeto, orçamento. Sua equipe, então, fez o projeto, com alteração na escada - que,

de helicoidal, passou a ser reta -, acréscimo de um quarto, colocação de piso, reparo na piscina, adequação do deck, colocação de churrasqueira. Diz que as orientações lhe eram passadas por FÁBIO YONAMINE, crê que a pedido de JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO. Esclareceu que também se envolveu na questão da cozinha, na colocação dos eletrodomésticos e, por sugestão de PAULO GORDILHO, na colocação de um elevador privativo para facilitar o acesso aos três pavimentos e que todas as reformas foram feitas.

A visita ao imóvel em fevereiro de 2014 relatada pelos envolvidos é reconhecida pelo Ex-Presidente LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, ainda que, como será visto adiante, sua versão para os fatos seja distinta.

A denúncia foi instruída (evento 03, comp241, comp246) com toda a documentação relacionada às obras relatadas por JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO, PAULO GORDILHO, FÁBIO YONAMINE, ROBERTO MOREIRA e IGOR PONTES. Constam os **contratos entabulados entre OAS EMPREENDIMENTOS e TALLENTO CONSTRUTORA para execução material das reformas** (pinturas, adequações hidráulicas, reforma na churrasqueira, instalação de forro de gesso, instalação de novo deck para piscina), **os projetos**, inclusive com a planta metálica, para o elevador privativo instalado na unidade, **notas fiscais, pedido à empresa KITCHENS para produção de armários sob medida** destinados à cozinha do apartamento 164-A do Condomínio Solaris e, ainda, **documentação relacionada à aquisição de fogão, microondas e side by side** que foram instalados no apartamento. O valor total das benfeitorias realizadas pela OAS EMPREENDIMENTOS alcança a cifra de R\$1.104.702,00 (um milhão cento e quatro mil setecentos e dois reais), próximo, portanto, ao preço da própria unidade.

Ao longo da instrução foram ouvidos inúmeros integrantes da OAS EMPREENDIMENTOS, muitos dos quais foram indagados se a empresa já havia realizado reformas similares em outras unidades. No ponto, Ricardo Marques Imbassay, Diretor Financeiro, Carmine de Siervi Neto, Presidente da OAS EMPREENDIMENTOS até o ano de 2013, Mariuza Aparecida da Silva Marques, engenheira responsável pela assistência técnica do Condomínio Solaris, Igor Pontes, gerente regional de contratos, e Aline Mascarenhas de Sousa, Engenheira de Controle de Obras, ainda que com pequenas distinções, afirmaram que o acontecimento em questão foi singular. Até então, o máximo que a OAS EMPREENDIMENTOS havia realizado havia sido a customização, em planta, da disposição das peças da unidade habitacional. Em suma, **a instrução demonstrou que a realização de uma integral reforma em apartamento, inclusive com a compra de eletrodomésticos e móveis sob medida, jamais havia sido realizada pela OAS EMPREENDIMENTOS.**

Em reforço ao que foi dito por todas as testemunhas mencionadas no parágrafo anterior, deve ser acrescido o fato de que os réus PAULO GORDILHO, JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO, ROBERTO MOREIRA e FÁBIO YONAMINE também **foram uníssonos** no sentido de que o episódio em questão foi **excepcional e sem precedentes** análogos.

Ainda **acerca das obras, foram ouvidos** em Juízo: Alberto Ratola de Azevedo, engenheiro responsável pelo projeto do elevador privativo; Armando Dagne Magri e Hernani Mora Varela Guimarães Júnior, sócios da empresa TALLENTO contratada para execução da obra; Rosivani Soares Cândido, engenheira da TALLENTO que conduziu pessoalmente a execução das obras; Mário da Silva Amaro Júnior, gerente comercial da KITCHENS (empresa que forneceu os móveis sob medida para o triplex); Rodrigo Garcia da Silva, funcionário da KITCHENS à época dos fatos; e Arthur Hermógenes Sampaio Neto, igualmente funcionário da KITCHENS à época dos fatos. Todos **confirmaram a realização das obras documentalmente reveladas**, assim como o fato de que a contratante foi a OAS EMPREENDIMENTOS nas pessoas de Igor Pontes e Roberto Moreira.

Nova apreciação do 'Relatório de Análise da Polícia Judiciária', envolvendo as mensagens trocadas a partir do terminal telefônico de JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO, revela diálogo travado entre o ex-Presidente do Grupo OAS e Marcos Ramalho, executivo da empresa, exatamente em 21/08/2014 (evento 03, comp178), data da segunda visita ao triplex. Marcos Ramalho diz da alteração do horário e que já teria

avisado Fábio, repassando a JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO o número de celular de Fábio. A **análise do número de telefone celular** mencionado nas mensagens como sendo de 'Dr. Fábio' revelou que se trata de **Fábio Luiz Lula da Silva** (Evento 03, compl78). Priscila é Priscila Maria Ribeiro Avelar, enquanto Cláudia é Cláudia Troiano, ambas funcionárias do INSTITUTO LULA.

Todos os depoimentos tomados em Juízo foram uníssonos no sentido de que nesta segunda visita realizada em agosto de 2014 estiveram presentes na unidade 164-A do Condomínio Solaris a Sra. Marisa Letícia, seu filho Fábio Luiz, pela família do ex-Presidente da República; Armando Dagri Magri, Rosivani Soares Cândido e Luciano Mangineli, em nome da construtora TALLENTO; e Mariuza Aparecida Marques, JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO, PAULO GORDILHO, ROBERTO MOREIRA e IGOR PONTES, em nome da OAS.

Cabe-nos analisar, agora, o interrogatório de LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA. Nele, negou tivesse intenção de adquirir o triplex. Confrontado com a rasura no contrato de aquisição da unidade tipo, em que, acima do número correspondente ao triplex, foi colocado o número do apartamento tipo, o ex-presidente perguntou sobre quem teria rasurado. Disse que tomou conhecimento do apartamento em 2005 e que só voltou a discutir o apartamento em 2013, quando foi ver o triplex, sendo que, nunca, antes, sua esposa mencionara a intenção. O interrogatório prosseguiu abordando o tema atinente à apreensão, em sua residência, de um contrato não assinado destinado à aquisição da unidade 174 da BANCOOP (posteriormente transformada no triplex 164-A pela OAS EMPREENDIMENTOS. Por não estar assinado, o ex-presidente se negou a falar a respeito e lançou dúvida sobre a apreensão, ensejando a ilação de que o documento em questão não tivesse sido apreendido lá, mas plantado no processo. Todavia, não houve ao longo da instrução qualquer incidente processual acerca do tema. Sobre as visitas realizadas ao apartamento 164-A do Condomínio Solaris em fevereiro de 2014, afirmou o ex-Presidente da República que JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO lhe teria dito que o apagamto tipo teria sido vendido e que havia mais um apartamento comum e um triplex. Afirma que JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO queria lhe vender o apartamento e que foi ver o triplex: 'fui lá ver o apartamento, coloquei quinhentos defeitos no apartamento, voltei e nunca mais conversei com o Léo sobre o apartamento'. Perguntado se tinha recusado de pronto a aquisição do apartamento, respondeu: 'Não, eu não recusei de pronto porque o Léo falou 'Eu vou dar uma olhada e depois falo com você''. Perguntado sobre se teria, ele próprio, ou sua esposa Marisa Letícia, solicitado alguma espécie de reforma no apartamento, respondeu que não. Sobre se tinha conhecimento de outra visita de Marisa Letícia ao apartamento, disse que lhe parecia que tinha ido mais uma vez, juntamente com seu filho Fábio, mas que 'chegou lá o apartamento me parece que estava desmontado, estava totalmente desmontado, é a informação que eu tenho pelo meu filho e não por ela'. Perguntado sobre o propósito dessa segunda visita, respondeu: 'Certamente ela iria dizer que eu não queria mais o apartamento'. Afirmou, ainda, que o apartamento não lhe servia por ser uma figura pública. Sobre quando, exatamente, decidiu não ficar com o triplex, disse que 'no dia que eu fui ver eu me dei conta de que não era possível que eu tivesse um apartamento na Praia das Astúrias, naquele local, eu não teria como visitar a praia. Segundo: o apartamento era muito pequeno para uma família de cinco filhos, oito netos, e agora uma bisneta.' E acrescentou, que discutiu isso com a dona Marisa e que ela mesma 'não gostava de praia, ela nunca gostou de praia, certamente ela queria o apartamento para fazer investimento'. Disse que ela 'ainda tinha dúvida se ia ficar para fazer negócio ou não'. Afirmou que, após a segunda visita, ficou sabendo que 'ela tinha ido ao apartamento e que ela também não tinha interesse de comprar'. Também disse que o apartamento nunca lhe havia sido oferecido antes da data em que foi lá ver e que quando foi, não gostou.

Como se vê, o depoimento do ex-Presidente foi mendaz. Diante da acusação feita contra ele, criou uma versão hipotética que não o comprometesse, mas que está em contradição não apenas com os depoimentos tomados nos autos, como com as provas materiais. Lembre-se que há provas materiais demonstrando que desde antes da adesão formal ao empreendimento já se cogitava do bplex (depois transformado em triplex), que o triplex jamais foi colocado à venda, que há registro de visitas ao ex-Presidente, há os projetos de reforma e de móveis sob medida, tudo demonstrando que o triplex foi, sim, admita o senhor ex-presidente ou não, reformado e mobiliado por solicitação dele próprio e da sua esposa, para

seu próprio uso. Aliás, essa obra envolveu diversos executivos da empresa, justamente porque se tratava de um apartamento do ex-presidente. E as obras e instalações perduraram, no mínimo, até 13/10/2014 (vide documentos constantes no evento 03, comp247 e comp251), com vultosos investimentos só justificados pelas necessidades e pela dimensão do destinatário. A versão de que a OAS estaria investindo no imóvel para lhe oferecer a compra do triplex choca-se com o material probatório, não se sustenta. Os depoimentos dos executivos da área técnica são inequívocos e encontram respaldo material. Reforço que a especificidade das alterações demonstra que as obras tinham como único destinatário o casal LULA DA SILVA, v.g., instalação de elevador privativo, substituição de sauna por depósito, acréscimo de quarto para abrigar mais parentes, etc.. Tais reformas, de per si, apenas representam custo à empreiteira, porquanto não agregam efetivamente valor geral ao bem na proporção do seu custo, mas sim atendem às necessidades de fruição de pessoas específicas. Rememore-se, inclusive, que todas as testemunhas que se manifestaram sobre o tema atestaram que o tipo de obra realizada foi único, incompatível com todo e qualquer ato já realizado pela construtora. O ex-presidente tentou defender-se criando uma hipótese que pudesse ser verossímil, mas acabou por construir versão que não encontram qualquer sustentação.

Acresça-se, ainda, que, em 12/12/2014, quando a questão envolvendo o triplex já havia se tornado mais uma vez pública (em 2010 já fora publicado que o triplex do presidente estava com as obras paralisadas), o INSTITUTO LULA emitiu a seguinte nota oficial:

'Dona Marisa Letícia Lula da Silva adquiriu, em 2005, uma cota de participação da Bancoop, quitada em 2010, referente a um apartamento, que tinha como previsão de entrega 2007. Com o atraso, os cooperados decidiram em assembléia, no final de 2009, transferir a conclusão do empreendimento à OAS. A obra foi entregue pela construtora em 2013. Neste processo, todos os cooperados puderam optar por pedir ressarcimento do valor pago ou comprar um apartamento no empreendimento. À época, Dona Marisa não optou por nenhuma destas alternativas esperando a solução da totalidade dos casos dos cooperados do empreendimento. Como este processo está sendo finalizado, ela agora avalia se optará pelo ressarcimento do montante pago ou pela aquisição de algum apartamento, caso ainda haja unidades disponíveis. Qualquer das opções será exercida nas mesmas condições oferecidas a todos os cooperados.'

A própria nota em questão contradiz a versão do réu no sentido de que teria havido desistência da aquisição do apartamento já em agosto de 2014, porquanto explicita que a Sra. Marisa Letícia 'avaliava se optaria pelo ressarcimento do montante pago ou pela aquisição de algum apartamento, caso ainda houvesse unidades disponíveis'. A rigor, sequer estava em questão se seria ou não adquirido o triplex, porquanto, desde a migração do empreendimento à OAS, já era tratado como sendo do presidente.

Como visto, todas as afirmações feitas pelo réu até aqui são frontalmente contrárias às provas documentais existentes nos autos.

Cabe analisarmos, a partir de agora, **se houve efetivamente a assunção do preço do triplex, das reformas, móveis e eletrodomésticos pela OAS em favor do ex-Presidente, como vantagem indevida a ele.**

O Ministério Público Federal alegou que a OAS assumiu esses pagamentos, abatendo da conta geral de propina que o Grupo OAS se comprometera a destinar ao Partido dos Trabalhadores. Isso acabou sendo objeto de confissão realizada por JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO. Afirmou o acusado que se encontrou com João Vaccari, oportunidade em que foi tratado da imputação de passivos ocultos do empreendimento e dos custos do triplex na conta de propinas. Vejamos:

*'José Adelmário Pinheiro Filho:- Em maio ou Junho de 2014, com os custos já de todos os empreendimentos Bancoop já bem aferidos e **também toda a especificação, tudo que ia ser feito tanto no sítio como no triplex**, eu procurei o João Vaccari e disse a ele 'Olhe, estou com os elementos todos em mãos e queria discutir', ele marcou, ele disse 'Olhe, o clima entre a sua empresa e o Bancoop não está bom, eu vou sugerir a gente fazer um jantar, eu vou chamar a diretoria do Bancoop, você chama o pessoal seu, e vamos sentar antes', então ele marcou comigo no mesmo local, no restaurante, um encontro com ele, onde eu levei esses créditos e esses débitos, eu levei para ele o que nós, OAS, estava devendo por conta desses pagamentos de vantagens indevidas ao PT naquele*

momento, o que já estava atrasado e o que ainda ia acontecer, e os custos dos empreendimentos que nós estávamos fazendo, desses passivos, que eu estou chamando de passivos ocultos, o termo usado de coisas que nós não tínhamos conhecimento, e mais os custos do triplex e do sítio, o João Vaccari disse 'Olhe, está tudo ok, está dentro de um princípio que nós sempre adotamos', porque sempre, de quando em quando, que abria um encontro de contas com ele tinha 'Não, você paga isso ao diretório tal, paga isso ao político tal', isso era feito e era uma coisa já corriqueira, então 'Não vamos mudar a metodologia, vamos continuar com a metodologia, agora como tem coisas aqui de cunho pessoal, que trata do presidente, eu vou conversar com ele sobre isso e lhe retorno. Agora nesse encontro que nós vamos ter com a diretoria do Bancoop e com o seu pessoal eu gostaria que você não tratasse desse encontro de contas, eu queria que a empresa desse uma tranquilizada na diretoria do Bancoop que os empreendimentos iam prosseguir, que não haveria nenhuma solução de continuidade', e assim foi feito, houve isso. Passaram alguns dias, talvez uma semana ou duas no máximo, o Vaccari me retornou dizendo que estava tudo ok, que poderíamos adotar o sistema de encontro de contas entre créditos e débitos que nós tínhamos com ele.'

Perguntado pelo Juiz sobre os débitos havidos pela OAS, respondeu que 'No triplex, no sítio e nos outros empreendimentos, a soma total disso me parece que era em torno de 15 milhões de reais'. Perguntado se o ex-presidente ou sua família teriam pago algum valor desde 2009, 2010, relativamente a esse apartamento, respondeu que não. Perguntado sobre o custo da reforma do triplex, respondeu que 'mais de 1 milhão e 100, 700, 800 mil foram pagos a uma empresa que nós contratamos para fazer as reformas e o restante com compra de alguns equipamentos que não foram adquiridos diretamente com empresas e sim diretamente pela OAS'. Perguntado se seriam cerca de 1 milhão e 277 mil, como afirmado pelo Ministério Público, respondeu que sim. Sobre a diferença de preço entre o apartamento tipo e o triplex, disse: 'Também foi abatido nesse encontro de contas que eu tive com o João Vaccari'. Perguntado sobre por que a OAS pagava esses valores, esclareceu:

'José Adelmário Pinheiro Filho: - A OAS pagava primeiro porque era uma regra de mercado, tinha sido estabelecido que em alguns mercados naquela época existiriam contribuições de 1% para o partido dos trabalhadores e que o gerenciamento disso seria feito pelos tesoureiros do partido, ao longo do tempo a gente percebe que não era só despesas do partido, isso tinha uma amplitude muito maior, era de um projeto político e por isso mesmo que os tesoureiros designavam para que a gente fizesse pagamentos os mais diversos possíveis, então os pagamentos que a OAS fez estavam dentro de uma regra...'

Destacou ainda: 'Desde que a gente entrou na Petrobrás eu já sabia que tinha isso, eu sabia'. Perguntado sobre se, em algum momento, desde 2009 até 2014, nas conversas com o ex-presidente ou com a família dele, teriam falado que iriam pagar o preço da diferença do imóvel e dessas reformar, respondeu: 'Não, nunca me falaram, eu também nunca perguntei'. Também destacou que 'a diferença do valor do imóvel já deveria ter pago em 2010'. Perguntado pela defesa por que deveria ter pago em 2010, respondeu:

'José Adelmário Pinheiro Filho: - A diferença, porque se estava sendo disponibilizado um apartamento tipo, que era de 80 metros quadrados, estava indo para um apartamento de 240 metros quadrados, uma área 3 vezes maior, tinha uma diferença de preço, obviamente, eu cobrei isso do João Vaccari, cobrei isso do Paulo Okamoto, e o Paulo Okamoto é que sempre cuidou, pelo meu conhecimento e pelas informações do presidente, dessa parte, cuidava do instituto, cuidava das palestras, sempre ele que mexia nessa parte financeira, eu falei com ele várias vezes 'Não, vamos aguardar', primeiro aguardamos por causa da campanha eleitoral de 2010, depois o presidente teve um problema de saúde, eu não ia sair conversando sobre isso, depois veio a campanha de 2014, então esse assunto 'Depois resolve', só que os investimentos feitos no apartamento não eram para um apartamento decorado, era para um apartamento específico para uma família, e também, com todo respeito à figura do ex-presidente, o apartamento era um apartamento personalizado, ele não é um apartamento decorado, ele foi feito para uma família morar, se o presidente não quisesse eu nós íamos ter um belo problema, não sei o que eu ia fazer com o apartamento porque ele é muito personalizado, é um valor excessivamente maior das reformas que foram feitas, da decoração feita, do que valia o apartamento, isso é público e notório, está nos autos, então está muito claro isso.'

JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO, cuja versão dada aos fatos encontra-se integralmente corroborada por vasta prova documental, confirmou a tese acusatória de que a unidade 164-A do Condomínio Solaris foi reformada à custa da propina suportada pelo grupo OAS em favor do Partido dos Trabalhadores e que tinha origem no esquema ilícito de fraude às licitações junto a PETROBRÁS.

O ex-Presidente da República LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, cuja versão dada aos fatos conflitou com a prova documental, nega tudo, nega conhecimento da conta geral de propina, nega que o apartamento lhe pertencesse, nega que a reforma tenha sido feita para si.

Segundo afirmou o ex-Presidente, apenas no ano de 2013 teria sido feita referência ao valor do metro quadrado do apartamento em questão. Ainda assim, tal questão teria sido perguntada apenas por PAULO OKAMOTTO e não pelo casal LULA DA SILVA, o qual era o destinatário do negócio jurídico. Não obstante, o réu se dispôs a ir visitar o apartamento com sua esposa em fevereiro de 2014 justamente com o fito de avaliar a possibilidade de compra do imóvel. No entanto, na oportunidade, novamente deixou de indagar sobre o valor do imóvel. Ato contínuo, em agosto de 2014, a Sra. Ex-Primeira Dama Marisa Letícia realizou uma segunda visita no imóvel, verificou a ocorrência de colocação de piso e outras alterações na unidade (o que envolveu acréscimo de custo) e, igualmente, nenhuma discussão sobre o preço foi sequer iniciada.

Quanto ao fato de não ter acontecido a entrega de chaves ao ex-presidente, não tem relevância que a defesa pretende lhe dar. Veja-se que, quando se adquire um imóvel na planta, já se é titular de direitos e se exerce prerrogativas mesmo inexistindo o prédio. A entrega das chaves não implica outorga de propriedade, até porque a tradição é modo de transferência da propriedade de bens móveis, não de imóveis. Ninguém aprova projeto para mudanças estruturais em um apartamento que não é seu, não se manda quebrar paredes, instalar elevador, mudar a posição da piscina senão no seu próprio bem e para o seu próprio uso. O mesmo se diga quanto à aprovação de projetos de móveis sob medida e solicitação de instalação, inclusive, com cobrança de prazo. É ato de quem se entende titular do bem, não de terceiros.

A absoluta despreocupação da Sra. Marisa Letícia e do Sr. ex-Presidente LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA acerca da diferença de preço a ser suportada para aquisição de um apartamento três vezes superior ao originalmente negociado, em cujo interior estavam sendo realizadas vultosas reformas, somente aponta em um sentido: não era com recursos pertencentes aos réus que o bem estava sendo adquirido.

O fato de ter ocorrido a penhora do apartamento para assegurar o pagamento de dívida da OAS, por sua vez, também não tem o condão de demonstrar a inexistência dos delitos imputados. A vantagem indevida recebida pelo ex-Presidente da República não foi constituída pela transferência formal da propriedade, o que efetivamente não houve, mas pela atribuição, a ele, no plano dos fatos, de prerrogativas próprias de quem é proprietário, o que se deu quando o imóvel foi excluído da comercialização com outras pessoas e se ensejou ao ex-Presidente que determinasse a realização de obras, personalizando-se o imóvel de acordo com a vontade do casal, inclusive com a instalação de móveis sob medida e de eletrodomésticos para o seu uso e de sua família. Com isso, reconhecido a ele o status de proprietário, agiu como se proprietário fosse, embora jamais lhe tenha sido transferida, formalmente, a propriedade. Lembre-se que o tipo de corrupção passiva incide quando da percepção de vantagem indevida em razão do cargo, sendo que essa vantagem pode ser o uso de um bem de terceiro, uso que, no caso, concedido sem prazo para se encerrar, corresponde a uma das principais prerrogativas de quem é proprietário. Ademais, a própria reforma do imóvel para o seu uso também constituiu vantagem indevida. A manutenção formal da propriedade pela OAS, com o fito de ocultar o verdadeiro proprietário do imóvel, foi a medida escolhida pelos réus para assegurar o sucesso de sua empreitada ilícita. Assim, a invocação da penhora do bem com o objetivo de comprovar a inexistência de recebimento de vantagem indevida não se sustenta. Friso, ainda, que, justamente, a ocultação da propriedade em nome da OAS é a razão que fundamenta a condenação do ex-Presidente da República pelo crime de lavagem de dinheiro, como será visto adiante.

Portanto, tenho que a prova dos autos, nesse episódio do triplex, demonstra, claramente, o cometimento do crime de corrupção passiva. Em síntese:

a) a esposa do Presidente firmou contrato para a aquisição de uma unidade tipo no Edifício Navia, da BANCOOP, em 2005, mas foram apreendidos documentos que demonstram que, já naquela época, havia interesse na cobertura, porquanto também foi apreendido termo de adesão praticamente em branco, mas com referência ao número do então duplex, posteriormente transformado em triplex, bem como proposta de adesão anterior à assinatura do contrato em que consta rasura no número do apartamento e está escrita a palavra triplex.

b) enquanto o apartamento tipo tem cerca de 80 metros quadrados, o triplex tem três vezes essa área, sendo que seu preço é proporcionalmente superior;

c) reportagem na imprensa, publicada em 2010, já noticiava que a obra do edifício em que o Presidente teria um triplex estava há muito paralisada (AP, Evento 03, Comp230);

d) havendo dificuldades financeiras e paralisação no empreendimento da BANCOOP em que se situava o triplex, foi buscado junto à OAS, na pessoa de JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO, que assumisse o empreendimento, tendo-se utilizado do argumento de que se tratava de imóvel do Presidente, o que foi decisivo para a ultimação do contrato.

e) quando da migração do empreendimento da BANCOOP para a OAS EMPREENDIMENTOS, foi determinado, no Acordo para finalização da construção e transferência de direitos e obrigações, que os cooperados teriam de se manifestar em 30 dias para aderirem à migração ou requererem a devolução dos valores pagos, sob pena de eliminação do grupo e da BANCOOP. MARISA LETÍCIA LULA DA SILVA não exerceu nenhuma das opções, omitindo-se, sem, no entanto, ser eliminada do grupo;

f) foi comunicado a JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO, já por ocasião da assunção do empreendimento, que o imóvel do Presidente era a cobertura bplex, depois convertida no triplex de 240 metros quadrados, e que não deveria ser vendida, o que foi observado, rigorosamente, pela OAS EMPREENDIMENTOS que, efetivamente, jamais o colocou à venda;

g) o triplex permaneceu sob a titularidade formal da OAS, sendo que foi orientada a não transferir formalmente ao Presidente o imóvel;

h) a OAS EMPREENDIMENTOS, em 2014, comercializou a unidade tipo, de 80 metros quadrados, que formalmente seria de titularidade de MARISA LETÍCIA;

i) nas Declarações do Imposto de Renda Pessoa Física conjunta de LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA E MARIA LETÍCIA LULA DA SILVA, continuou constando, da relação de bens, a unidade tipo, até ano base de 2015;

j) o ex-Presidente esteve presente pessoalmente no triplex pelo menos uma vez, sendo que sua esposa pelo menos duas vezes, numa delas acompanhada do seu filho;

k) era do conhecimento geral no âmbito da OAS, tratada em reunião de diretoria, que o triplex era do presidente, além do que, no condomínio do edifício Solaris era sabido que esse apartamento lhe pertencia;

l) foi solicitada reforma bastante significativa, com instalação de elevador, modificação nos ambientes, construção de escada e alteração do local da piscina, obra esta que, após aprovação do projeto, restou executada pela OAS EMPREENDIMENTOS com o envolvimento pessoal e direto de Diretores e engenheiros dos mais qualificados apenas por se tratar de imóvel do ex-Presidente;

m) também foram solicitados, projetados, aprovados pela família do Presidente, adquiridos e instalados móveis sob medida, notadamente uma cozinha de mais de cento e cinquenta mil reais.

n) foram providenciados eletrodomésticos;

- o) MARISA LETÍCIA solicitou a JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO que tudo ficasse pronto antes do final de 2014 para que a família lá passasse as festas de fim de ano;
- p) as obras foram, efetivamente, concluídas em tempo;
- q) jamais houve o pagamento de qualquer montante pelo Presidente ou por sua esposa a título de diferença entre a unidade tipo e o triplex, pela reforma ou pelos móveis e eletrodomésticos;
- r) JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO acordou com VACCARI que o respectivo valor seria debitado da conta geral de propina destinada ao Partido dos Trabalhadores;
- s) houve a prisão preventiva de JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO;
- t) no exercício de 2016 é que a unidade tipo não constou mais da relação de bens do Presidente na DIRPF e que foi ajuizada ação por MARISA LETÍCIA LULA DA SILVA pleiteando a restituição dos valores pagos pela unidade tipo.

Tenho, assim, por **comprovados não apenas a solicitação e o recebimento de vantagens indevidas consistentes em propina decorrente das obras da RNEST em favor do Partido dos Trabalhadores e de outros partidos, como o recebimento pessoal e direto de vantagem indevida pelo ex-Presidente da República** consistente no triplex e nas suas benfeitorias.

Nos limites da presente ação, embora o recebimento de propina em nome próprio não equivalha nem se confunda à solicitação e ao recebimento de propina para o Partido dos Trabalhadores, podendo ser considerada com autonomia, o Magistrado não tratou a questão do triplex separadamente. E o Ministério Público limitou o seu recurso à ampliação do número de atos de corrupção de um para três, considerando as vantagens solicitadas e recebidas relativamente a cada um dos contratos da RNEST e da REPAR.

Assim, estando fora de dúvida que os crimes de corrupção ativa e passiva ocorreram e sua autoria, é preciso definir **quantos foram os crimes** nos limites da pretensão do Ministério Público Federal.

A acusação destaca a autonomia de cada um dos contratos da RNEST, afirmando que decorreram de processos licitatórios diversos e que tiveram objetos distintos, cada qual chegando a valores bilionários, sendo que o **contrato da RNEST relativo à obra de UHDT e UGH, chegou a mais de 3 bilhões** de reais e **o da UDA a mais de 1,5 bilhão de reais**. Na Ação Penal anterior 50833760520144047000, porém, a matéria já foi discutida, considerando-se configurado de um único ajuste de propina naquela data, independentemente do número de pagamentos ocorridos.

Já quanto às vantagens indevidas decorrentes do **contrato da REPAR**, o magistrado deixou de considerá-las para fins de condenação, cuidado que também teve o relator, não porque não haja elementos demonstrando os crimes de corrupção nesse episódio - há e já houve condenação anterior em processo correlato -, mas porque, no caso da REPAR, é a Odebrecht a protagonista do pagamento da propina para ao Partido dos Trabalhadores através de Renato Duque e de Pedro Barusco, o que é objeto de outra ação. Tendo em conta a necessidade de cautela e segurança para uma condenação judicial, acompanho o relator no ponto.

Resta, assim, mantida a condenação por crimes únicos de corrupção ativa e de corrupção passiva.

8. Os crimes de lavagem de dinheiro imputados a JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO e a LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, bem como a PAULO ROBERTO VALENTE GORDILHO, FÁBIO HORI YONAMINE e ROBERTO MOREIRA FERREIRA pela ocultação do pagamento de propina através da assunção, pela OAS, da diferença de preço e das benfeitorias do triplex. Entendeu, o juiz de primeiro grau, que a atribuição do triplex ao então Presidente, sem que lhe fosse formalmente transferido o imóvel, e as reformas e mobília, contratadas pela OAS, constituíram pagamento de propina mediante ocultação do seu real beneficiário.

Considerando a não transferência ao presidente ou à sua esposa, dos **direitos** relativos ao triplex e da sua propriedade, sua **manutenção em nome da OAS e a assunção pela empresa, em nome próprio, de todos os custos, sem que aparecesse formalmente o nome do presidente**, tenho por comprovados atos de ocultação que demonstram terem, ambos, JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO e LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, **cometido também o crime de lavagem de dinheiro**.

Os demais dirigentes da OAS EMPREENDIMENTOS, PAULO GORDILHO, FÁBIO YONAMINE e ROBERTO MOREIRA, também acusados de lavagem de dinheiro, restaram absolvidos porquanto, embora tenham participado dos projetos e da contratação da reforma e dos móveis sob medida relativos ao triplex, não restou suficientemente demonstrado que efetivamente tivessem o conhecimento de estarem aderindo a uma conduta de ocultação de produto de crime. Efetivamente, trata-se de executivos de perfil mais técnico, que atuaram para que as benfeitorias fossem realizadas, mas que atuavam na OAS EMPREENDIMENTOS, não tendo participação nas obras de que originada a propina, tampouco participação no relacionamento com os agentes políticos, de modo que se pudesse considerar inequívoco seu conhecimento acerca da natureza dos bens materiais como vantagem indevida que se manteria oculta. O Magistrado deu relevância ao depoimento de José Adelmário Pinheiro Filho, como já visto no ponto em que declarou que 'eles tinham um conhecimento limitado dos fatos e que especificamente não tinham notícia de um acerto de corrupção'. É possível que assim tenha sido, de modo que não vislumbro a comprovação do dolo inerente ao crime de lavagem de dinheiro, consistente na conduta deliberada para ocultar ou dissimular a titularidade de produto de crime.

Não vislumbro diversos crimes de lavagem, porquanto o que ocorreu foi a assunção, sempre pela OAS, dos custos relativos ao mesmo apartamento, ainda que desdobrados em obras e contratações que ela própria realizou.

Nesses pontos, portanto, a sentença é mantida, rejeitando-se os recursos tanto Ministério Público Federal como dos réus.

9. Os crimes de lavagem de dinheiro imputados a JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA e PAULO OKAMOTTO relativos ao armazenamento do acervo presidencial. A denúncia cuida dos crimes relacionados ao acervo presidencial. em seus itens nºs 3.4 e 3.4.1, compreendidos entre suas páginas 132 e 138.

Relata o órgão de acusação que, nos primeiros dias do ano de 2011, logo quando do encerramento do mandato presidencial de LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, foram transportados bens que compunham o acervo pessoal do ex-presidente. Tais objetos foram conduzidos do Palácio do Planalto até endereços particulares do réu por intermédio das seguintes empresas contratadas pela UNIÃO: (a) MUDANÇAS CINCO ESTRELAS LTDA. e (b) TRÊS PODERES MUDANÇAS E TRANSPORTES LTDA (ligada ao Grupo GRANERO). O suposto ilícito descrito pelo MPF diz respeito apenas a uma parcela do acervo, a qual, diferentemente das demais, teve como destino final o depósito da GRANERO.

O crime residiria no fato de que o custo do armazenamento desta parcela do acervo, ou seja, o preço mensalmente pago à GRANERO para assegurar o depósito dos bens, foi suportado pela empreiteira OAS. Para que reste clara a exata dimensão econômica da denúncia quanto ao ponto, afirma-se que, entre janeiro de 2011 e janeiro de 2016, a construtora administrada por JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO suportou 61 mensalidades no valor de R\$ 21.536,84 (vinte e um mil quinhentos e trinta e seis reais e oitenta e quatro centavos) para manutenção do contrato de depósito, o que teria culminado em um pagamento total de R\$ 1.313.747,24 (um milhão e trezentos e treze mil e setecentos e quarenta e sete reais e vinte e quatro centavos) ao longo dos cinco anos de duração do pacto.

No entendimento do órgão de acusação, considerando que os recursos utilizados pela OAS para manter o depósito presidencial provinham dos crimes praticados contra a PETROBRÁS, bem como em razão do contrato de depósito não indicar explicitamente que a guarda de bens se dava em benefício do ex-Presidente da República, estaríamos diante de crime de lavagem de capitais. Haveria, de acordo com a inicial,

ocultação da origem e natureza da vantagem indevida repassada a LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, que era fruto dos crimes de cartel, fraude à licitação e de corrupção.

A participação de PAULO OKAMOTTO no ilícito consistiria na intermediação por ele realizada entre as partes. Isso porque, em 22/12/2010, o réu solicitou à GRANERO um orçamento com o intuito de estimar o custo do armazenamento daquela parcela do acervo presidencial. A empresa emitiu o Orçamento nº DMR 164895, cujo conteúdo reflete exatamente os termos do contrato celebrado entre OAS e GRANERO. A denúncia indica que PAULO OKAMOTTO, aproveitando o fato de que a CONSTRUTORA OAS tinha dívidas de propinas com o esquema de governo e partidário criminoso, comandado por LULA, dentro de um sistema de 'caixa geral' já descrito, agindo no interesse do ex-Presidente da República, recorreu àquela empresa para pagar a armazenagem dos referidos bens. De fato, após quatro dias do termo de aceite de armazenagem, vale dizer, em 01/01/2011, a CONSTRUTORA OAS celebrou contrato de armazenagem com a GRANERO em benefício do ex-Presidente LULA. Assim agindo, JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO, PAULO OKAMOTTO e LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA teriam incorrido nas sanções do art. 1º da Lei 9.613/98.

A sentença, quanto aos 61 crimes de lavagem de dinheiro supostamente relacionados ao acervo presidencial (itens 919 a 937), é absolutória 'por falta de prova suficiente da materialidade (art. 386, VII, do CPP)'. E não há o que reformar no ponto.

Não merece acolhida o recurso do Ministério Público Federal (item 3.3). Conforme já destaquei por ocasião do julgamento do habeas corpus nº 5042023-62.2016.4.04.0000/PR impetrado pela defesa de PAULO OKAMOTTO, a Lei 8.394/91 autoriza expressamente que a manutenção do acervo seja subsidiada por recursos privados, inclusive assegurando a possibilidade de que seja solicitado apoio público na forma de financiamento derivado de recursos oriundos do orçamento. Dispõe a respeito:

'Art. 1º Os acervos documentais privados de presidentes da República e o acesso à sua consulta e pesquisa passam a ser protegidos e organizados nos termos desta lei.

*Parágrafo único. A **participação de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado**, detentoras de acervo presidencial, nos benefícios e obrigações decorrentes desta lei, **será voluntária e realizada mediante prévio acordo formal.***

[...]

*Art. 3º Os acervos documentais privados dos presidentes da República **integram o patrimônio cultural brasileiro** e são declarados de **interesse público** para os fins de aplicação do § 1º do art. 216 da Constituição Federal, e são sujeitos às seguintes restrições:*

I - em caso de venda, a União terá direito de preferência; e

II - não poderão ser alienados para o exterior sem manifestação expressa da União.

[...]

*Art. 5º O sistema dos acervos documentais privados dos presidentes da República terá participação do Arquivo Nacional, Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC), Museu da República, Biblioteca Nacional, Secretaria de Documentação Histórica do Presidente da República e, **mediante acordo**, de outras entidades públicas e **pessoas físicas ou jurídicas de direito privado** que detenham ou tratem de acervos documentais presidenciais.*

[...]

Art. 8º Compete à Comissão Memória dos Presidentes da República:

*XI - estimular a **iniciativa privada a colaborar com os mantenedores de acervos**, para a preservação, divulgação e acesso público.*

[...]

*Art. 14. As **entidades públicas ou privadas**, ou as pessoas físicas mantenedoras de acervos documentais presidenciais privados, **poderão solicitar** dos órgãos públicos orientação ou **assistência para a sua organização, manutenção e preservação e pleitear apoio técnico e financeiro do poder público para projetos de fins educativos, científicos ou culturais.***

[...]

Art. 17. As despesas decorrentes desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias da Presidência da República e dos órgãos e entidades participantes do sistema de acervos documentais privados dos presidentes da República.'

Os bens localizados no interior do depósito *sub judice* consistiam em parcela do acervo documental e museológico privado do ex-Presidente da República, o que, segundo a lei acima reproduzida, integra o patrimônio cultural brasileiro e ostenta interesse público.

Não foram trazidos aos autos elementos suficientes para que se possa concluir que a operação tenha implicado ocultação ou dissimulação de produto de crime. O magistrado ponderou que o procedimento mais apropriado seria a formalização de apoio à conservação do acervo mediante contrato escrito específico, com disponibilização de recursos para que o próprio Instituto Lula celebrasse contrato com a Granero e efetuasse os pagamentos. Mas isso não foi feito. O único contrato formal estabelecido é o próprio contrato de depósito celebrado entre OAS e GRANERO, onde resta ajustada a locação do espaço para guarda de acervo da própria empreiteira. No contrato entabulado entre OAS e GRANERO (Evento 03, COMP269, da Ação Penal nº 50465129420164047000), consta: *Armazenagem de Materiais de Escritório e Imobiliário Corporativo de Propriedade da Construtora OAS LTDA*. Mas, analisando a questão nos itens 920 a 937 da sentença, o Magistrado reconheceu que as irregularidades formais verificadas na contratação direta do depósito pela Granero e na descrição do seu objeto são insuficientes para indicar que os atos tenham sido praticados 'com intenção criminoso ou que fizeram parte de um acerto de corrupção'. Efetivamente, há imprecisões nos contratos, mas sem conotação ou efeito criminal. Se não se observou a melhor forma, é questão, sem outros matizes, irrelevante para fins penais. Também destaco o quanto valorizado pelo Juízo 'a quo' e pelo Desembargador Relator: que JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO, embora tenha reconhecido outros crimes nesta ação penal, nega que tenha sido solicitada qualquer contrapartida e que os recursos para o pagamento do depósito do acervo tenham qualquer relação com a conta geral de propinas.

Ainda que a denúncia tenha sido recebida e que o feito tenha sido instruído, forte no entendimento majoritário da Turma no sentido de que havia elementos em tese para a persecução penal, certo é que não foi comprovada a lavagem de dinheiro no ponto.

Quanto ao recurso de PAULO OKAMOTTO no ponto em que pede sejam reconhecidas nulidades processuais e devolvidos os bens apreendidos, o rejeito nos termos do voto do relator que bem enfrentou tais aspectos. Também não merece acolhida o pedido para que sejam riscados termos da sentença tidos por ofensivos ao advogado. Nada há de injurioso na redação da sentença que mereça censura. O magistrado conduziu a instrução, desincumbiu-se de inúmeros incidentes e teve a sua percepção quanto à atuação dos advogados. Em momento algum, deixou de tratá-los com polidez e respeito e de resguardar o exercício das prerrogativas da defesa. O magistrado não se utilizou de nenhuma expressão injuriosa ao manifestar-se sobre excessos ou impropriedades da defesa, de modo que não há o que censurar e suprimir na redação da sentença.

Quanto aos recursos de LULA e de PAULO OKAMOTTO nos itens em que buscam seja alterado o fundamento da absolvição (386, III, o primeiro; e 386, III ou V, o segundo), tenho que o Relator bem encaminha solução no sentido de que não cabe sequer conhecer desse pleito.

Sua Excelência, o Relator, invocando o art. 577, parágrafo único, do CPP, o art. 66 do mesmo diploma e o art. 935 do CC, conclui que só 'haverá interesse recursal na alteração do fundamento absolutório a fim de salvaguardar os denunciados de eventuais repercussões na esfera cível... no caso de reconhecimento de inexistência do fato ou de negativa de autoria (art. 386, incisos I e IV). Nas demais hipóteses, a decisão criminal não evitará repercussões na esfera cível e, portanto, carece o réu de interesse para apelar'.

Acompanho o Relator, portanto, mantendo a sentença absolutória tal qual prolatada.

10. Outros aspectos: benefícios, prescrição e execução da pena. Acompanho integralmente o relator quanto à dosimetria das penas e também no reparo que faz quanto aos **benefícios concedidos aos réus JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO e AGENOR FRANKLIN MAGALHÃES MEDEIROS.**

Embora não tenham firmado acordo de colaboração premiada nos termos do art. 4º a 7º da Lei 12.850/13, os réus efetivamente colaboraram com a instrução, reconhecendo os crimes cometidos e dando detalhes da prática criminosa que envolveu a geração e a circulação da propina, de modo que se lhes podem ser aplicados os arts. 1º, § 5º, da Lei 9.613/98 e 14 da Lei 9.807/99, que prevêm, e.g., a redução das penas nesses casos.

O Juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba considerou a relevância do caso, envolvendo um Presidente da República, e a consistência dos depoimentos, coerentes com o restante do quadro probatório, especialmente com as provas documentais produzidas, para entender cabível a concessão de benefício decorrente da colaboração, mas o fez de modo que tivesse efeitos para outras ações já julgadas contra os réus. Assim, o Juiz (a) afastou a necessidade de reparação integral dos danos para progressão de regime; (b) admitiu a progressão de regime de cumprimento de pena depois do cumprimento de dois anos e seis meses de reclusão no regime fechado, isso independentemente do total de pena somada, o que exigiria mais tempo de cumprimento de pena; e (c) determinou que o benefício deve ser estendido, pelo Juízo de Execução, às penas unificadas nos demais processos julgados pelo Juízo. E ressaltou que tais benefícios ficavam condicionados à confirmação expressa desta Corte.

Pois bem, a colaboração prestada por JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO e a AGENOR FRANKLIN MAGALHÃES MEDEIROS efetivamente deve ser reconhecida. Ainda que as colaborações de JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO e de AGENOR FRANKLIN MAGALHÃES MEDEIROS tenham se iniciado nos presentes autos muito tempo após o recebimento da denúncia, o fato é que seus interrogatórios mostraram-se amplamente amparados por prova documental e auxiliaram na correta solução do caso concreto. Assim, dentro dos presentes autos, fazem jus à concessão de benefícios legais.

Na hipótese, o julgador de origem optou pelas amplas benesses aos réus sob dois argumentos distintos: (a) utilização de parâmetros aplicados no acordo de colaboração de Marcelo Bahia Odebrecht, Presidente da Odebrecht; e (b) no fato de que a colaboração ter redundado na revelação de crimes praticados pelo mais alto mandatário da República.

Em relação ao acordo de colaboração firmado pelo Ministério Público Federal com Marcelo Bahia Odebrecht, há que se ter em mente que se trata de réu que colaborou com a persecução criminal antes mesmo de ser condenado e não, como no caso de JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO, apenas após condenação em ações distintas nas quais falsamente negava a autoria de seus crimes. Ademais, os benefícios são excessivos.

A elucidação de crimes praticados por um Presidente da República constitui matéria que confere relevância substancial às contribuições prestadas pelos réus. Ainda assim, não é possível deixar de rememorar que esses mesmos réus obstaculizaram a ação das autoridades ao longo da operação Lava-Jato. Lembre-se, por exemplo, do processo nº 5022179-78.20164.04.7000/PR, em que o ex-Senador da República GIM ARGELLO foi condenado pelo crime de corrupção passiva praticado com o intuito de atrapalhar o andamento da CPMI da PETROBRÁS. JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO foi quem capitaneou a articulação de empreiteiros para satisfazerem os interesses espúrios do mandatário público e, assim, se esquivarem da persecução criminal. Repise-se: também JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO e AGENOR FRANKLIN MAGALHÃES MEDEIROS, nos processos em que já condenado, negavam veementemente a autoria dos delitos por eles cometidos e em nada contribuíram para o desenlace das causas. Com isso não se ignora a relevante contribuição ora prestada, mas se ressalta que a conduta em questão,

embora louvável, não pode servir de panacéia e fazer com que os gravíssimos crimes por ele praticados e já julgados em outras ações sejam, na prática, perdoados.

Tenho, por isso, que correto está o relator ao conceder o maior benefício legal (redução de 2/3 da pena), mas exclusivamente para esta ação penal, de modo que o acompanhamento no ponto.

No que tange à **necessidade de reparação dos danos causados como condição para progressão de regime prisional**, anoto que a pena do réu começará a ser cumprida em regime fechado. Neste contexto, é de ser mantida a referência da sentença segundo a qual a progressão de regime fica, em princípio, condicionada à reparação do dano, no caso a vantagem indevida objeto da lide, nos termos do art. 33, §4º, do Código Penal, porque 'ex vi legis', ou seja, as demais questões concernentes, à modulação dessa exigência legal ficarão a cargo do Juízo da execução.

Quanto à **alegação de prescrição da corrupção passiva**, apenas acrescento que as obras da RNEST estenderam-se até janeiro de 2012 gerando percentuais de propina. Desde o início, até 1º de janeiro de 2011, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA foi Presidente da República. Após, manteve influência e concorreu para a prática da corrupção pelos dirigentes da Petrobrás que, anteriormente nomeados por ele próprio, mantinham-se realizando diretamente os atos de corrupção e, com a participação de Vaccari, destinando recursos ao Partido dos Trabalhadores. Lula, em 2014, recebeu pessoalmente vantagens indevidas consistentes nas benfeitorias do triplex. O ocultação da vantagem indevida, por sua vez, com a manutenção da titularidade do triplex em nome da OAS, persistiu até o oferecimento da denúncia. Mesmo considerando a idade do réu, superior a 70 anos quando prolatada a sentença, não há que se dizer da ocorrência de lapso prescricional, porquanto recebida a denúncia em 20 de setembro de 2016 e prolatada sentença condenatória em 12 de julho de 2017.

Quanto à **execução da pena**, cabe destacar que a 4ª Seção desta Corte, nos ENU n° 50085723120124047002/PR, firmou o entendimento de que o exaurimento do julgamento perante este Tribunal permite a imediata execução da pena. Foi editada a Súmula 122 do TRF da 4ª Região: 'encerrada a jurisdição criminal de segundo grau, deve ter início a execução da pena imposta ao réu, independentemente da eventual interposição de recurso especial ou extraordinário'. Desse modo, aguardados os prazos ou julgados eventuais embargos declaratórios e infringentes, o juízo de origem deverá ser comunicado para dar início à execução da pena.

11. Dispositivo.

Ante o exposto, acompanho na íntegra o voto do Desembargador Relator.

Desembargador Federal Leandro Paulsen
Revisor

Documento eletrônico assinado por **Desembargador Federal Leandro Paulsen, Revisor**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região n° 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **9297044v7** e, se solicitado, do código CRC **12B3E0EC**.

Informações adicionais da assinatura:

Signatário (a):

Leandro Paulsen

Data e Hora:

26/01/2018 14:27
